



OFFLINE

Apagão tecnológico deixa Cabo Verde exposto

Págs. 2 e 3

AJOC, 30 anos

Políticos e jornalistas debatem liberdade de Imprensa e democracia

Págs. 10 e 11

Polémica no sector da Justiça

Abertura do Ano Judicial está comprometida

Págs. 4 e 5

Crise?



Pág. 19



Mário Almeida - CV Connect

“Desde que anunciamos as operações, nunca tínhamos visto as tarifas baixarem tanto”

▪ Retoma dos voos da CVA só a partir de 15 de Janeiro

Págs. 6 e 7

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

- Receitas e Dicas
- Passatempo



Apagão tecnológico deixa Cabo Verde exposto

Dívidas e falta de actualização permanente do sistema ajudam a explicar extensão do ataque cibernético

Vulnerabilidades do sistema provocadas, nomeadamente, pela deficiente actualização dos softwares da Microsoft, poderão estar por trás da extensão dos dados afectados pelo ataque de Ransomware que provocou o “apagão tecnológico” na rede privativa do Estado registado nos últimos dias. Mas, oficialmente, e para o consumo interno, toda a culpa é posta nos eventuais piratas informáticos.

Daniel Almeida



O ciberataque sofrido na quinta-feira da semana passada, 26, e que obrigou a uma baixa total na rede pública, era, na avaliação de um especialista ouvido pelo A NAÇÃO, “previsível”. Isto tendo em conta as fragilidades do sistema gerido pelo Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSi) e que não são de hoje.

Como já é do domínio público, o apagão da semana passada teve por trás um Ransomware, operação pirata, que encripta todos os ficheiros existentes num computador para depois se propagar na rede, caso não houver uma protecção adequada. Nisso, acaba-se também por encriptar os

ficheiros das outros computadores.

Conforme a nossa fonte, normalmente esse tipo de ataque nada tem a ver com a segurança, “tout court”, do sistema. “Tem mais a ver se o sistema está actualizado ou não. Mesmo com toda a segurança possível, um utilizador menos cauteloso pode abrir um ficheiro e despoletar esse ataque. Mas tem sempre de haver alguém que vai abrir um ficheiro encriptado, que acaba por infectar os ficheiros”.

Sobre o ataque à Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE), na semana passada, o nosso interlocutor afirma que isto denota que os sistemas não estão actualizados com as

últimas versões. “Devem ficar circunscritos apenas ao computador infectado inicialmente”, salienta, e o facto de se ter propagado na rede “é preocupante”.

A situação, como deixa também saber, é por si só grave, dado que os utentes correm sérios riscos de perderem os seus dados armazenados. “Se não houver ‘back ups’, as informações ficam perdidas para sempre, ou então tem de se pagar

um resgate para se poder descriptar os ficheiros”.

“No nosso caso, trata-se de uma questão muito preocupante porque podem desaparecer dados importantes do país. Neste caso, o hacker não se apossa dos dados, encripta-os e deixa de aparecer”, explica.

Para evitar esse tipo de ataques e danos, a nossa fonte afirma que é preciso manter o sistema sempre com as últimas actualizações dos sof-

twares da Microsoft. Só que isto, como reconhece, “é muito complicado porquanto existem aplicações que são desenvolvidas para determinados sistemas operativos e que depois não são actualizadas nos nossos sistemas operativos”.

Na opinião deste especialista, a actualização permanente de uma rede “comporta custos muito elevados”, mas, em contrapartida, os custos de não se ter uma rede permanentemen-

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIII | Nº 692 | 03 de Dezembro de 2020 | Registo DGCS: Nº3/2007 | Registo ARC: Nº3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo (Maio) | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:**

Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Crislene Brito (São Nicolau), Miriam Brito (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermino de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy

Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanao@anacao.cv | **Redacção:** – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

te actualizada “pode implicar custos maiores”.

E-mails capturados

Entretanto, uma outra fonte, esta próxima do NOSi, revelou ao A NAÇÃO que o ataque da semana passada atingiu o “controlador de domínio” e que foi mais direccionado para os clientes, que tiveram os seus e-mails “capturados”. Com isso, acrescenta, “o problema que se põe é que os backups são muito recentes e os trabalhos para o seu restabelecimento podem levar o seu tempo”.

Sobre as causas da extensão desse ataque, o nosso interlocutor reconhece que poderá estar na falta de actualização do software utilizado pelo NOSi, ou seja, “na falta de sustentabilidade ou de robustez do sistema de segurança. Um sistema de segurança pode ser sustentável hoje, mas amanhã pode não ser”.

Este especialista diz que, até ao momento da nossa conversa, ainda não se conhecia a verdadeira extensão dos dados afectados, isto é, que dados serão possíveis recuperar e os

que serão considerados como “perdidos definitivamente”.

Manter uma rede permanentemente actualizada é, a seu ver, “muito oneroso”, ainda por cima, o NOSi “não está assim tão confortável em termos financeiros”.

“Os principais clientes do NOSi pertencem à estrutura do Estado, que normalmente não participam nos custos dos serviços que lhes são prestados. Se pagassem seria possível garantir uma actualização permanente do sistema. Infelizmente, os clientes nem sequer pagam as licenças que consomem, quanto mais para o sistema de segurança”.

No tocante ao relacionamento com a Microsoft, a nossa fonte diz que as dívidas são constantes, “mas não influenciam o sistema”. Isto é, as dívidas são quase sempre correntes, porquanto as licenças são muito caras e as terminais não pagam.

“O certo é que tem que se investir, definitivamente bem, na segurança do sistema, tendo em conta que todas as instituições da República estão penduradas na rede do Estado”, conclui.

Versão “oficial”

Danos mínimos e atacante identificado

A NAÇÃO contactou o presidente do NOSi, Carlos Pina, no sentido de tentar esclarecer se uma das causas da extensão do ataque à Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE) não estaria ligado a uma eventual falta de actualização do sistema.

Apanhado de surpresa, Pina alegou que se tratava de uma questão que o mesmo teria que averiguar junto dos técnicos para poder dar uma resposta. Prometeu dar retorno no sentido prestar as informações solicitadas, mas não houve qualquer “feedback”, até o fecho desta edição.

Contudo, em conferência de Imprensa, aquele PCA anunciou que o grupo responsável pelo ataque de “ransomware” à RTPE já tinha sido identificado e que os danos estavam sob controlo.

“É uma rede criminosa internacional que tem células espalhadas por vários países e, não temos essa evidência, mas está em aberto a possibilidade de que poderemos, eventualmente, ter alguma célula em Cabo Verde”, disse Carlos Pina.

“Temos evidências que nos permitem aferir que este ataque começou, sobretudo, por ataques de spam e phishing que a RTPE já sentia há cerca de um mês e meio e que temos estado a defender”, acrescentou.

Carlos Pina assegurou que, no caso deste ataque, a actuação do NOSi foi imediata. A decisão de desligar toda a RTPE foi tomada pelas 10 da manhã do mesmo dia, quinta-feira, 26, “para podermos estancar a propagação e recuperar os dados”.

“Concluimos que o ataque bloqueou alguns servidores, nomeadamente a nossa estrutura de autenticação e alguns servidores que garantem serviços online, mas o facto de termos tomado a decisão rápida de desligar a rede garantiu-nos que aquilo que

são os dados da soberania, os dados que garantem a governação digital, se mantivessem intactos e sem nenhum tipo de ameaça”.

Actualmente, assegurou, “todos os serviços já estão recuperados” e o NOSi está em processo de “reposição dos serviços de autenticação e serviços de email”.

E quanto à necessidade de existir uma rede redundante para a RTPE, o PCA no NOSi reconheceu que esse é um problema que será resolvido com a entrada em funcionamento do Data Center do Mindelo.

“Com a implementação do Parque Tecnológico temos mais duas infraestruturas, uma aqui ao lado que vai aumentar a nossa capacidade e outra em São Vicente que vai servir exactamente para termos essa redundância que nos dará uma maior capacidade de resposta” a eventos deste género. “Estamos aqui há quatro dias”, lembrou Carlos Pina reconhecendo que com a existência de uma rede secundária o problema poderia ter sido resolvido “numa hora, no máximo duas”.

Os ataques deste tipo - ransomware - prevêm sempre um pedido de resgate por parte dos seus autores, algo que acabou por não acontecer no caso de Cabo Verde.

“Primeiro, a avaliação que fizemos e a decisão rápida de desligar a rede deve ter inviabilizado a captura dos dados e nós não recebemos nenhum pedido”.

No entanto, o PCA do NOSi acredita que “o que pode estar a acontecer em alguns computadores individuais é aparecerem links a pedir para as pessoas clicarem ali para receberem uma password para recuperarem os seus dados. Mas esses PC’s estão fora da rede”.

DA

Vulnerabilidade informática expõe Cabo Verde

“Sistema ka ten”

Com o ataque da semana passada à Rede Tecnológica Privativa do Estado, levanta-se, mais uma vez, a questão da segurança das infra-estruturas críticas ligadas aos dados e ao sector de comunicações do país. Apesar das tentativas de sempre minimizar os “incidentes” a repetição de situações mostram a fragilidade em que o “sistema” está exposto.

Em Julho, na sequência de um in-

cêndio nas infra-estruturas da CVTelecom, o país ficou parado e o mesmo voltou a acontecer, agora, com o ataque à Rede Tecnológica Privativa do Estado.

As causas do incêndio na CVT nunca foram reveladas, mas, na altura, o PCA João Domingos Correia não descartou a hipótese de “atentado”.

João Domingos assegurou ainda que a questão da segurança tem sido a palavra de ordem da empresa, que

nos últimos tempos tem sofrido “uma série de ataques” e que se estava a investir cerca de 30 milhões dólares na questão da segurança de comunicação de ligação internacional de Cabo Verde ao mundo.

Em Outubro, a ilha do Sal esteve sob “blackout” nas comunicações de telefone fixo, móvel e internet, provocado por um corte no cabo submarino que liga a ilha ao sistema central de comu-

nicacões.

De uma forma geral, tornou-se comum, nos serviços de atendimento público, o utente ser confrontado com a informação: “sistema ka ten” (“não temos sistema”). Num país cuja economia está centrada no sector dos “serviços”, nomeadamente internacionais, a situação é, por si só, preocupante tanto para os cidadãos, como para as empresas.

DA



Polémica no sector da Justiça

Abertura do Ano Judicial está comprometida

É mais um esticar de cordas entre juízes conselheiros do STJ que exigem uma demarcação clara dos outros órgãos de soberania em relação às recentes declarações da deputada do MpD, Mircéia Delgado, que no debate sobre a situação da justiça, no Parlamento, apontou para a necessidade de se esclarecer alegados casos de corrupção no sistema judiciário, no país.

A NAÇÃO sabe que os juízes do STJ vêm sendo pressionados, por várias entidades, no sentido de, pelo menos, realizar o acto formal da abertura do Ano Judicial, mas sem sucesso. Esse colectivo mantém a sua posição enquanto se mantiver o “clima de hostilidade” institucional e de “desconsideração à dignidade do Poder Judicial”.

Contudo, conforme A NAÇÃO

O acto formal de abertura do Ano Judicial, que normalmente acontece entre Outubro e Novembro, não será realizado este ano. A sua organização é da competência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), cujos juízes conselheiros se mostram indisponíveis para participar em qualquer cerimónia institucional enquanto não forem “desagravados” daquilo que consideram ser ofensas de certos sectores da classe política.

Daniel Almeida

pôde apurar, a não realização do acto de Abertura do Ano Judicial não terá qualquer implicação prática no funcionamento dos tribunais.

Tanto o Governo, como os partidos políticos já se pronunciaram sobre o assunto, faltando apenas o presidente da AN, Jorge Santos, como o chefe de Estado, Jorge Carlos Fonseca, que recebeu esta semana o presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Bernardino Delga-

do.

Inicialmente, a abertura solene do Ano Judicial era realizado durante uma semana com reflexões sobre o sector da justiça e esse cerimonial, que se realizava numa sexta-feira, era o culminar dessas actividades.

Mas, com o tempo, a abertura passou a ser apenas uma cerimónia protocolar com discursos de representantes de vários intervenientes do sector da justiça, culminando com o discurso do PR.

Também, inicialmente, esse acto era realizado no mês de Outubro, com a abertura afectiva do novo Ano Judicial, mas, com o tempo, o mesmo foi sendo empurrado para Novembro. Este ano, já estamos em Dezembro e não há qualquer sinal da sua realização.

A NAÇÃO também sabe que o PR está preocupado com esta situação, daí ter convocado Bernardino Delgado, para se inteirar sobre alguns aspectos relacionados

com o posicionamento dos juízes conselheiros do STJ, nomeadamente em relação a um alegado plano que estará a ser urdido para descredibilizar a justiça.

À saída do encontro com o PR, Delgado alertou para a necessidade de haver um diálogo institucional para ultrapassar a situação actual por que passam os órgãos da justiça e demais instituições da República.

Quanto à abertura do Ano Judicial, Delgado explicou, simplesmente, que o CSMJ não organiza o evento e que apenas “participa quando for convidado”, realçando que, apesar de já estar atrasada, a cerimónia não penaliza o estado da Justiça, porquanto apenas simboliza o início do Ano Judicial, quando, por norma, “as actividades nos tribunais estão a acontecer normalmente”. ☺



Ulisses Correia e Silva e a independência dos tribunais

Governo e MpD acima de qualquer suspeita

Na sua página oficial no Facebook, o primeiro-ministro escreveu, como sendo “verdade indesmentível”, que “o nosso Sistema de Justiça é legítimo, credível e prestigiado, tendo dado mostras de significativos e bem-sucedidos esforços de procurar corresponder às necessidades, cada vez mais exigentes dos cidadãos”.

Tais palavras surgem, como posicionamento oficial do Governo, em relação à crise, ou o mal-estar, existente neste momento entre os juízes conselheiros do STJ e certos sectores da classe política e não só.

Para Ulisses Correia e Silva, não se trata de uma mera proclamação de princípios. “É convicção! Convicção comprovada por um percurso histórico consistente, que resiste a qualquer exame, por mais crítico que seja, desde a criação do verdadeiro Poder Judicial, com a Constituição de 1992 (e o Pacote Legislativo Ordinário decorrente), como, também, no empenho e protagonismo do Grupo Parlamentar do MpD, na ousada Reforma Constitucional de 2010”.

Essa reforma, na avaliação do PM, “elevou a independência dos juízes e dos Tribunais – e a autonomia do Ministério Público – a um patamar sem precedentes, mesmo se se tomar em conta regimes democráticos mais antigos e Sistemas Judiciais muito mais experimentados”.

UCS garantiu, outrossim, que, “sobre este Governo e a maioria que o suporta, pela sua matriz e alinhamento políticos, não recai – não pode recair! – a mínima suspeita que seja, do seu mais profundo apego ao modelo judiciário vigente, de auto-governo das magistraturas, de independência dos tribunais e da observância rigorosa das decisões judiciais, mesmo que delas respeitosamente se discorde”.

O PM lembrou, no entanto, que “os cidadãos, nesta simples qualidade, ou em qualquer outra em que se encontrem, terão sempre legitimidade para exprimirem de forma livre e responsável as suas opiniões sobre o modo de exercício dos diversos poderes públicos em Cabo Verde. É o resultado de vivermos num Estado de Direito e Democrático”.

Este pronunciamento do PM, conforme o apurado por este jornal, terá caído no agrado dos magistrados que consideram que a mesma foi “muito ponderada” e “com forte apelo à concórdia”.

No entender de alguns sectores, agora é a vez de o STJ dar também um sinal de apaziguamento, até porque, o seu comunicado da semana passada, está longe de merecer o vivo acolhimento de todos os sectores que representam a justiça, para não falar das críticas que foram surgindo na sociedade, bastamente expressas nas redes sociais. DA



Juízes melindrados com “clima de hostilidade”

Os juízes-conselheiros do STJ emitiram, na semana finda, uma declaração, afirmando que, enquanto se mantiver o “clima de hostilidade” institucional e de “desconsideração à dignidade do Poder Judicial” e dos seus titulares, não estarão reunidas as condições para a sua presença em qualquer acto ou solenidade a que devam comparecer por cortesia institucional.

Conforme o documento assinado por todos os juízes conselheiros dessa corte, exceptuando a presidente, Fátima Coronel, esta decisão vem na sequência das declarações de uma deputada da Nação, feita no passado dia 29 de Outubro, aquando do debate parlamentar sobre o estado da justiça.

Os juízes-conselheiros reconheceram, porém, que constitui, “sem menor dúvida”, direito dos representantes da Nação, bem como de qualquer cidadão

criticar e chamar à atenção para as “disfunções” da justiça, mas “o que já não se afigura de todo admissível num Estado de Direito é que esse escrutínio democrático seja aproveitado para se fazer extrapolações, visando conspurcar o bom nome de Magistrados, em violação, desde logo, do direito à honra que a Constituição da República reconhece a todos os cidadãos”.

Tentativa de “condicionamento”

Os juízes-conselheiros do STJ mostraram-se, igualmente, indignados com o facto de durante a intervenção da deputada do Grupo Parlamentar do MpD, Mircéa Delgado, “em nenhum momento se ter ouvido uma voz, uma única voz, a convidar a ilustre deputada a respeitar o bom nome de cidadãos indefesos, no

caso dos Magistrados Judiciais que, nesta qualidade são tão Titulares de Órgãos de Soberania como os Deputados”.

Nessa declaração, os juízes-conselheiros do STJ repudiam e denunciam a tentativa de “condicionar” o Poder Judicial no País, incluindo a autonomia do Ministério Público, através da retaliação pelas suas decisões, “nalguns casos, com o envolvimento ou a anuência de cargos políticos”.

Mircéa Delgado envolveu-se numa polémica com a Juíza-Presidente do STJ, Fátima Coronel, após declarações da deputada, aquando do debate, na Assembleia Nacional, sobre o estado da justiça.

Na sequência, a Associação Sindical de Magistrados do Ministério Público (ASSIMP) veio assumir um posicionamento de repúdio contra as palavras da deputada.

Entretanto, Mircéa Delgado, reagiu

ao comunicado da Associação Sindical de Magistrados do Ministério Público (ASSIMP), dizendo que esta colectividade está a tentar “silenciar uma deputada, retirando-lhe o direito à palavra”.

Da sua parte, tanto o PAICV, como a UCID e o MpD, deram mostras de ver no exercício de Mircéa Delgado apenas uma apreciação pessoal, enquanto deputada, para certos aspectos do funcionamento da justiça.

No programa Espaço Público da RTC desta semana, o deputado João Santos Luís, da UCID, disse que o seu colega António Monteiro chegou a fazer, no debate do estado da justiça do ano passado, o mesmo tipo de apreciação de Mircéa Delgado e nada de especial aconteceu. Na sua opinião, se medidas tivessem sido então adoptadas por quem de direito, a situação que agora se tem não teria acontecido. DA

Mário Almeida, director da CV Connect Services

“Desde que anunciamos as operações, nunca tínhamos visto as tarifas baixarem tanto em cinco dias”



Mário Almeida, director da Cabo Verde Connect Services, desmistifica a polémica associada à entrada dessa empresa nos voos internacionais com aparelhos da SATA de e para Cabo Verde, garantindo que o projecto foi pensado com a Cabo Verde Airlines e que os cabo-verdianos é que saem a ganhar. Até porque, assegura, a relação com a CVA é “de parceria” e “não de concorrência”.

Gisela Coelho



Aterrou esta quarta-feira, 2, à tarde, no aeroporto da Praia, o primeiro voo da Cabo Verde Connect Services (CVCS) proveniente de Lisboa, em parceria com a SATA. Além da Praia, a empresa vai realizar voos para Sal e São Vicente, ligando o país a Lisboa, Paris e Boston.

Este primeiro voo, em contexto adverso, devido às restrições impostas pela covid-19, acontece duas semanas depois que os bilhetes foram postos à venda. Por isso mesmo, chegou com pouco mais de 40 passageiros a bordo, mas com muita carga. O importante, diz Mário Almeida, é começar.

“O intuito era mesmo esse, ar-

rancar. Infelizmente a aviação tem estado parada e, ao estar parada, as agências de viagens perderam confiança, muitas vezes nos voos, e o cliente também nas companhias, por isso nós quisemos iniciar”, argumenta.

Por agora, a ideia é resgatar a confiança, nomeadamente, dos passageiros e das agências.

“Há muitas pessoas que querem ir para Cabo Verde mas não têm confiança; quando o país fechou as fronteiras, as companhias abandonaram os passageiros, não fizeram voos nos dias seguintes para os tirar onde estavam. Isto é uma coisa que ficou cravada nos operadores, nas agências de viagens e nos passageiros”, lembra.

Como explica também, este é o início de um projecto cujo plano remonta a 2018 e, segundo o nosso entrevistado, “não mudou nenhuma linha”, como uma complementaridade à CVA.

“O projecto nasce falando com a CVA, até 2019, altura em que englobamos a Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde”.

E continua: “Fomos aos bancos com as agências de viagens, fomos à Cabo Verde Airlines e pouca gente sabe que em 2019 ajudámos a CVA a introduzir o 737 na linha Lisboa-Praia-Lisboa, com duas finalidades: uma delas é que acreditamos que o mercado existe e deve ser explorado, segun-

do porque, na altura, achamos, e continuamos achar que centrar o Hub só no Sal, deixando as outras ilhas como Santiago e São Vicente livres, vai permitir que os concorrentes da CVA aumentem os preços nesses dois pontos, e que depois baixariam os preços de tal forma no Sal que levariam a CVA a perder dinheiro”.

Complementares

Questionado se mesmo operando as rotas da “Sodade”, abandonadas pela CVA, incluindo durante a gestão de Mário Chaves na TACV/CVA, que agora está na SATA, não se serviram de informações privilegiadas e que agora se aproveitam disso para fazer

concorrência à CVA, essa fonte nega mais uma vez, categoricamente.

“Não. Isso é falso. Antes da pandemia já era assim e pós-pandemia vai continuar a ser assim. Vender aviação não é diferente de vender qualquer outro produto. Quem acha que pode estar sozinho numa indústria tão cara é um tiro no pé. Nós não entramos nas rotas da ‘Sodade’. Duas informações importantes: nós falamos com o CEO da CVA, ele sabe e lhe explicamos. No nosso contrato com a SATA está explícito que as rotas são prioritariamente operadas pela CVA e nós só operá-riamos se a CVA não estiver. Está escrito no nosso acordo. A CVA e a SATA estão em “code-share” e este

é um dos motivos pelos quais escolhemos a SATA”, elucida.

Mário Almeida garante, entretanto, que se a CVA estiver amanhã no “BSP” (Billing and Settlement Plan – IATA), “em 24 horas nós estamos em ‘code-share’ com a CVA e a CVA em ‘code-share’, connosco”.

“Nós só conseguiríamos o que estamos a fazer, se dominássemos e fôssemos nós os responsáveis pela gestão da infraestrutura de publicação das tarifas. Não há mais nenhum operador no mercado, neste momento, que nos dava esta garantia, além da SATA. O nosso projecto é de unir toda a gente”, reforça.

Vantagens

Mário Almeida lembra que Cabo Verde é um mercado particular, pequeno, que exige medidas à sua dimensão.

“Cabo Verde precisa de uma tarifa simples em que todas têm bagagem incluída e de regras simples. Se o passageiro tiver Covid-19 não tem de se preocupar, nós devolvemos o dinheiro. Eu

sei que ele não embarcou porque tinha Covid-19, logo não tenho de lhe dar um ‘voucher’ para tentar viajar daqui a um ano”, explica, garantindo uma vez mais que este tipo de estratégia só era possível com a SATA.

“Para ficar claro, trabalhei muitos anos na TACV, 23 ao todo, e saí por não concordar com coisas que foram feitas e estou a fazer as coisas que defendi em 2016 e que defendi durante 23 anos. Mas continuo a trabalhar com a TACV todos os dias, defendo a TACV e continuo a defender. Eu preciso de uma TACV/CVA forte, porque no meu Grupo (Newtour) nós fazemos turismo para Cabo Verde há mais de 30 anos”.

E conclui: “Se a CVA meter um cliente no nosso avião, a CVA tem logo um ganho, porque há uma comissão automática dentro do ‘code share’. Este é um negócio de pequenos tostões, mas se for todos juntos, nós ganhamos. Atenção que o ‘code share’ entre a CVA e a SATA está activo e se a CVA entra amanhã no BSP, entra automaticamente no code share”.

Mais barato voar para Cabo Verde

Mário Almeida, director da CVCS, não tem dúvidas de que com a entrada dessa empresa o cabo-verdiano só sai a ganhar. “Desde que anunciámos as operações nunca tínhamos visto as tarifas baixarem tanto, em cinco dias.”

“Estou contente porque neste momento ir a Cabo Verde, a partir de Lisboa, é mais barato do que ir de Lisboa ao Porto ou à Madeira. Cabo Verde é a segunda casa da TAP, Madeira e Porto são as primeiras casas, mas, no entanto, ir a Cabo Verde, cinco dias depois do nosso anúncio, é mais barato do que ir ao Porto”, acrescenta.

Almeida confirma que a CVCS não é uma companhia aérea, mas um agregador de serviços aéreos que distribuiu ao mercado e que tudo irá acontecer em respeito às leis cabo-verdianas. “Os voos são nossos e somos nós que os contratamos”.

Garante que a CVCS não tem medo de nada e que o Estado de Cabo Verde “não tem nenhuma participação” no projecto. “É um projecto para toda a

gente, não tem segredos, é transparente”, garante.

Quanto à estrutura accionista da CVCS, Mário Almeida diz que o único dono da empresa é Tiago Raiano. Fora isso, esclarece também, “a Newtour é o nosso grupo, o que temos com ela é uma parceria da parte digital, do marketing, porque compramos o serviço ao marketing deles. Utilizamos também o número IATA da Newtour para aceder a todas as companhias internacionais e temos outras parcerias. Ou seja, o que os outros têm mais barato nós não vamos comprar, compramos directamente a eles. É este o segredo do nosso negócio.

Em Cabo Verde, a CVCS tem uma equipa de 10 pessoas, ex-funcionários da CVA.

“São pessoas que saíram, pessoas que nós achamos que tinham capacidade, que sabiam a matéria e que nós contratamos. Eles estão connosco desde 2019, e mesmo não estando a operar, e apesar de estarmos em pandemia, nós garantimos os salários deles”. GC

Icelandair desautoriza Governo

Retoma dos voos da CVA só a partir de 15 de Janeiro

A TACV/Cabo Verde Airlines (CVA) continua sem perspectivas de começar a operar, apesar dos sucessivos anúncios do Governo no sentido da retoma de voos dessa companhia aérea.

Desde Março que Governo vem dizendo que está a negociar com a Icelandair uma possível saída para viabilizar a CVA, contudo, até o fecho desta edição, não havia nenhuma decisão que indicasse uma solução para a companhia.

O ministro dos Transportes, Carlos Santos, volta e meia aparece na comunicação social a anunciar datas para o reatamento dos voos da CVA e, como vem sendo hábito, nada acontece. Esse governante já se encontrou várias vezes com os trabalhadores e sindicatos e as respostas são as mesmas: “Esperem!”

Por seu lado, o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, anunciou o início de voos para este mês de Dezembro, sem que os mesmos fossem abertos para vendas. No sector da aviação, as vendas

devem ser abertas com pelo menos dois meses de antecedência.

Mas, surpreendentemente, foi a CV Connect a iniciar as suas operações, enquanto a Icelandair, que, por via da CVA, já recebeu vários avales do Estado de Cabo Verde, continua em terra sem levantar voo. O mais recente agendamento acaba de ser marcado para 15 de Janeiro.

Segundo o relatório de Icelandair, as receitas de um ano, com o aluguer dos três aviões à CVA rondam os 37 milhões de euros. Ou seja, mais de um milhão de euros por avião por mês. Se o contrato for de cinco anos está-se a falar de mais de 180 milhões de dólares. Estes montantes, sabe o A NAÇÃO é que vêm complicando as negociações entre o Governo e a empresa islandesa.

Enquanto isso, o “brevemente” do vice-primeiro-ministro é um outro tipo de “anúncio” que nunca se concretiza. Olavo Correia tinha garantido, em meados de Novembro, numa publicação na sua

página no “Facebook”, que “brevemente” os cabo-verdianos teriam toda a informação relativa ao contrato com a “Icelandair”, relativo à CVA – Cabo Verde Airlines.

“Estamos a trabalhar com toda a transparência e numa fase inicial não podemos partilhar tudo, porque num processo de privatização é preciso que determinadas informações sejam reservadas para que possamos proteger o interesse público. No momento certo, todos vão saber toda a informação”, prometeu.

Esse governante também insistiu na ideia de transformar Cabo Verde num “hub” aéreo, afirmando que “estamos, cada vez mais, convencidos, em como isto será possível”.

Olavo Correia pede tempo para que o seu Governo possa apresentar “uma boa solução” em matéria de “hub” aéreo ao país. “Estamos cada vez mais convencidos em como isto será possível”, manifestou.

Esse governante, que é também ministro das Finanças, disse ainda que, quando for apresentado o Plano de Negócios, os cabo-verdianos “ficarão convencidos em como estamos no caminho certo”.

Em Março de 2019, o Estado de Cabo Verde vendeu 51 por cento (%) da então empresa pública TACV, por 1,3 milhões de euros, à Lofleidir Cabo Verde, detida em 70% pela Lofleidir Icelandic EHF (Grupo Icelandair, que ficou com 36% da CVA) e em 30% por empresários islandeses, com experiência no Sector da Aviação (que assumiram os restantes 15% da quota de 51% privatizada).

O Governo cabo-verdiano concluiu, este ano, a venda de 10% das acções da CVA a trabalhadores e emigrantes, mas os 39% restantes, que deveriam ser alienados em bolsa, a investidores privados, vão, para já, ficar no domínio do Estado, decisão anunciada pelo Executivo do Palácio da Várzea, devido aos efeitos da pandemia da covid-19. DA

Covid-19

Praia regista diminuição drástica de casos, mas há ainda amostras pendentes



O concelho da Praia esteve durante vários meses no epicentro da pandemia da covid-19, chegando, até agora, a acumular 51,8% dos casos no país, registados até esta terça-feira, 01 de Dezembro.

O cenário inverteu drasticamente nas últimas semanas, sendo agora um dos pontos com menos casos diários.

Uma tendência claramente estacionária, mas que não deve ser encarada como garantia, uma vez que, segundo o director nacional da Saúde, Jorge Noel Barreto, há ainda amostras pendentes a serem analisadas, para além da própria dinâmica dos números.

“Parece haver sinais de alguma diminuição, mas esta análise é provisória, porque os dados são muito dinâmicos”, indicou, assumindo que

Nos últimos dias, a cidade da Praia entrou para o grupo de municípios com menos casos diários de covid-19. Uma tendência que o director nacional da Saúde considera estacionária, mas que é provisória visto que há ainda amostras pendentes.

Natalina Andrade

a tendência na capital é de melhoria.

No período entre 02 e 15 de Novembro, recordou o DNS, a Praia tinha uma taxa de incidência acumulada em 166 por 100 mil habitantes. Já entre 16 e 29 do mesmo mês, a mesma taxa baixou para 85 por 100 mil habitantes.

Para Barreto, as medidas de prevenção, nomeadamente o uso das máscaras e o distanciamento físico terão contribuído para a situação em que neste momento se encontra a capital do país.

Taxas elevadas em São Vicente e Fogo

No que diz respeito à situação de São Vicente e Fogo, as duas ilhas com mais casos diários no momento, Barreto alerta para as taxas de incidência “muito elevadas”, e diz que continuam sendo os focos de infecção que mais preocupam as autoridades sanitárias.

Na última semana, entre 25 de Novembro e 01 de Dezembro, foram registados 157 novos casos, apenas em São Filipe e, em São Vicente, 99 infecções e uma morte.

Testes para entrar em São Nicolau

Após várias reivindicações das autoridades sanitárias de São Nicolau, que há algum se vêm manifestando preocupados com a entrada livre de pessoas provenientes de ilhas com número assinalável de infectados, o director nacional da Saúde defendeu, esta terça-feira, a realização de testes rápidos de covid-19 a passageiros com destino à ilha de Chiquino.

Jorge Barreto garantiu que

uma proposta já foi feita, com base na análise epidemiológica mais recente. “Estamos a aguardar a decisão a nível dos ministros para a alteração da resolução que dá orientação sobre a realização de testes entre as ilhas”, precisou.

Entretanto, para o DNS, quem viaja para São Nicolau deve fazer teste, independentemente do ponto de origem.

Ajuda do Banco Mundial

O Banco Mundial (BM) concedeu um crédito de cinco milhões de dólares a Cabo Verde, para o financiamento do Programa de Vacinação contra a covid-19, anunciou, recentemente, o ministro das Finanças, Olavo Correia.

Além desse montante, garantiu, o país espera obter mais 15 milhões junto da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), para totalizar 20 milhões e garantir a vacinação de todos os cabo-verdianos.

“Tivemos a informação de que o Banco Mundial irá disponibilizar cinco milhões de dólares para o Programa de Vacinação, para todos os cabo-verdianos. Este montante não estava inscrito no Orçamento, porque não havia cortes. Agora, vamos ter de corrigir. Estamos a analisar, ainda, a possibilidade de adquirir mais 15 milhões de dólares, a nível de um Programa Sub-Regional da CEDEAO”, sustentou, em declarações na Assembleia Nacional.

Até terça-feira, 01, o país registava um acúmulo de 10816 casos positivos desde o início da pandemia. Destes, 106 faleceram, dois foram transferidos, 9900 estão recuperados e 520 permanecem activos. ☺



GRUPO IMPAR

AVISO

A IMPAR Seguros informa a todos os seus pensionistas que o prazo para a apresentação da prova anual de vida decorre de **09 de Novembro a 20 de Dezembro 2020**.

A prova de vida pode ser efetuada:

- Presencialmente, mediante a comparência do pensionista no Escritório ou no Representante da IMPAR Seguros da sua zona de Residência, bem como a entrega de uma cópia do Bilhete de Identidade (BI), ou de uma cópia do Cartão Nacional de Identificação (CNI) e ou através da entrega da Certidão Narrativa Integral de Nascimento, nas horas normais de expediente;
- À Distância, mediante envio por correio registado ou através de terceiro de Certificado de Vida emitido por Cartório Notarial ou por Órgão competente para tal.

A não apresentação da prova de vida no prazo indicado implica a suspensão do direito à pensão.



Siga-nos na nossa nova página do Facebook.

sinistro@impar.cv

www.impar.cv



AJOC, trinta anos a cuidar da liberdade de Imprensa

Actores políticos destacam papel dos jornalistas na promoção da liberdade e democracia



MEDIA

A AJOC, Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde, completou no dia 24 de Novembro os seus trinta anos de vida. Um momento que serviu para reunir os dois anteriores chefes de governo, Carlos Veiga e José Maria Neves, e outros convidados. Ao presidir a abertura do acto, o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva reafirmou o compromisso do seu partido e governo com os valores da liberdade e democracia.

A Redacção



Ulisses Correia e Silva



Carlos Veiga

Fundada a 24 de Novembro de 1990, a poucas semanas das primeiras eleições plurais de Cabo Verde, a AJOC completou, na semana passada, os seus 30 anos de existência. Como diz o lema da efeméride, “Uma vida a Cuidar da Liberdade de Imprensa”.

Cena rara, o momento serviu para reunir, na mesma sala (sede da AJOC, no Platô), na passada quinta-feira, 26, jornalistas e políticos, mas também académicos e outros convidados, para falarem dos trinta anos da associação.

Ao traçar a história da associação, Daniel Santos, um dos seus fundadores enquanto jornalista do hoje extinto jornal Voz di Povo, lembrou os meandros que acabaram por conduzir à proclamação

da AJOC, cujo primeiro presidente, José Vicente Lopes, foi eleito naquela que foi a primeira disputa pluralista numa eleição no país.

Por seu turno, ao presidir a abertura da cerimónia, o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, afirmou que as áreas da política e da comunicação social são convergentes, nem sempre bem e devidamente percebidas pela sociedade.

“Essas áreas são altamente escrutinadas, avaliadas em contexto que muitas vezes não são fáceis; às vezes, criticadas com justiça, e por vezes também não, mas são ambas insubstituíveis”, realçou.

UCS falou das medidas adoptadas pelo seu governo para o reforço dos níveis de liberdade de Imprensa em Cabo Verde nos

rankings internacionais. Destacou o novo regime de incentivos à imprensa privada, bem como do financiamento da rádio e televisão do Estado, os novos estatutos da Radiotelevisão Cabo-verdiana (RTC), “com a ambição de garantir uma nova independência e pluralismo desses dois órgãos públicos”, além da introdução da Televisão Digital Terrestre (TDT), para que todos, no país, tenham “acesso às informações”.

UCS reconheceu, igualmente, o papel importante dos jornalistas no “duro combate” contra a covid-19, salientando que “é de merecido destaque o que os órgãos privados têm feito no sentido de levar uma comunicação e informação importante para as pessoas”. Para concluir, felicitou

a AJOC pelo seu trigésimo aniversário e que continue a trabalhar para Cabo Verde e os cabo-verdianos.

Carlos Veiga: o sector privado pode contribuir mais

Ao prestar o seu testemunho, enquanto o primeiro chefe de governo de Cabo Verde em regime multipartidário (1991-2001), Carlos Veiga felicitou a AJOC e os jornalistas pelo seu papel em prol da liberdade de Imprensa e da democracia.

“Sinto-me orgulho do que Cabo Verde tem conseguido nesses últimos 30 anos, construindo espaço para liberdade de Imprensa que é usufruído por todos aqueles que vivem sendo reconhecido posi-

vamente pelo mundo”, disse.

“Como é próprio da democracia, a nossa liberdade de Imprensa não é, e nunca será, uma realidade acabada e, por outra, uma realidade definitivamente adquirida e irreversível. Temos todos como parte de uma nação de lutar para continuar, reforçar e melhorar constantemente, e quando digo todos, refiro-me aos jornalistas e às suas organizações”, alertou.

Olhando para a realidade, Veiga defendeu que o sector privado pode e deve contribuir mais para o desenvolvimento da comunicação social no país, até como forma de tornar “irreversíveis” os ganhos obtidos até aqui e que muito contribuem para o lugar que Cabo Verde ocupa nos rankings internacionais.

JMN realça importância dos jornalistas

Também José Maria Neves (JMN), primeiro-ministro entre 2001 e 2016, realçou a importância de se garantir o pluralismo de opinião e do papel do jornalista na consolidação do Estado de direito democrático.

Como recordou também, tendo encontrado na altura um ambiente crispado, procurou, na medida do possível, criar um novo ambiente, nem sempre compreendido pelos seus pares ou pelos jornalistas. “Da minha parte, quando assumi, fui sempre dizendo que mais vale haver excesso do que o cerceamento da liberdade de Imprensa”, disse.

Além do que foi possível fazer, JMN lamenta o facto de o projecto da criação do fundo de apoio ao desenvolvimento do sector da comuni-

cação social, e que previa a adoção de 120 mil contos, “infelizmente, até hoje, o fundo não foi dotado dos seus recursos”.

Fora isso, JMN reconhece que nestes 30 anos houve um grande avanço da comunicação social mas opina que o sector “precisa dar um salto”, por ser “um pilar fundamental de um Estado de direito democrático”. E nisso lamenta que ainda haja, no país, situações de medo ou de auto-censura entre os jornalistas. Isto porque, apesar de todos os ganhos, o Estado, entre nós, “penetra em todas as fissuras da sociedade” e, precisamente por isso, “é fundamental que a Imprensa grite, desempenhe o seu papel e a sua contribuição neste domínio”



Carlos Santos, presidente da AJOC

Fazer ouvir a voz dos jornalistas

O presidente da AJOC eleva o contributo dos jornalistas e da Imprensa no processo da construção e afirmação do Estado de Direito e da consolidação da democracia em Cabo Verde. Trinta anos depois da fundação da associação, Carlos Santos defende que, cada vez mais, continua a ser importante fazer ouvir a voz dos jornalistas.

Presidente da AJOC, no seu primeiro mandato, Carlos Santos afirma que essa associação estará sempre ao lado do país e dos cabo-verdianos na defesa da liberdade de Imprensa e promoção da democracia.

“É esse esforço e essa luta de muitos jornalistas para tentar fazer um jornalismo fora da caixa, que pudesse informar os cabo-verdianos com rigor e objetividade, que hoje valorizamos nesta cerimónia”, disse, a propósito do acto “Uma vida a Cuidar da Liberdade de Imprensa”, que teve lugar

na passada quinta-feira, para assinalar os trinta anos da proclamação da AJOC.

Santos mostra-se satisfeito com os ganhos obtidos nesses 30 anos da instituição que ora preside, salientando que a AJOC muito tem feito para fazer ouvir a “voz dos jornalistas”.

“A AJOC tem intervindo e tem feito ouvir a voz dos jornalistas. Os jornalistas têm, de facto, feito aquilo que lhes compete no sentido de reforçar a liberdade de Imprensa em Cabo Verde”, explica.

A AJOC foi fundada a 24 de Novembro 1990 com a finalidade de promover a liberdade de Imprensa e a defesa dos direitos e interesses socioprofissionais da classe jornalística. É de realçar a contribuição dos jornalistas e da comunicação social na história da construção da democracia e do estado do direito em Cabo Verde.



Que avaliação faz dos 30 anos de vida da AJOC?



Carla Lima – jornalista da RCV e antiga presidente da AJOC

O contributo que a AJOC deu e continua a dar para a afirmação da classe jornalística, para a liberdade de Imprensa e para a construção da democracia cabo-verdiana, é inestimável.

Além dos desafios diários que os jornalistas enfrentam, neste momento, a nossa associação tem o desafio da profissionalização dos seus dirigentes para que possa ter uma melhor prestação para os jornalistas.

Luís Carvalho - Jornalista da Inforpress

A nossa associação sindical tem sido uma guardiã, sempre na linha da frente quando se trata da defesa dos interesses dos jornalistas, principalmente a liberdade de Imprensa e de expressão. Neste caso, penso que uma das correcções que devem ser introduzidas é no sentido de estar ainda, cada vez mais perto dos jornalistas.

Dei o meu contributo para a AJOC quando fazia parte da direcção numa altura em que a associação estava moribunda e conseguimos pô-la de pé de novo. Aos jornalistas aconselho a investirem no jornalismo investigativo.



Daniel Santos – Antigo jornalista e co-fundador da AJOC

A AJOC tem um papel muito importante na consolidação da democracia em Cabo Verde, na expansão da liberdade de pensamento, expressão, e eu, como um dos seus fundadores, sinto-me muito satisfeito ao ver que o seu contributo tem sido importante para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Deixo um desafio aos jornalistas: que façam o jornalismo de investigação, porque é uma grande lacuna que temos e que deve ser preenchida.



Brígida Morais - Rádio Nova

Acredito que muito mais poderia ser feito em prol dos jornalistas. O sindicato deveria intervir no processo da atribuição da carteira profissional aos colegas que já terminaram o estágio profissional e ajudar na estipulação de um salário-base para os jornalistas.

A criação da AJOC permitiu defender os trabalhadores e salvaguardar a liberdade de Imprensa, a ética e deontologia. Enquanto profissional, estou atenta aos posicionamentos e pago regularmente a minha cota mensal à associação. Peço que os jornalistas tenham força para se posicionarem e que não se esqueçam dos seus deveres e direitos como profissionais.



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente, para efeitos de primeira publicação que, a fls. 58 a 59 do livro de notas para escrituras diversas número 46-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de treze de novembro dois mil e vinte, na qual se declara que no dia vinte de outubro de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **LUSIA FERNANDES TEIXEIRA**, de noventa e um anos de idade, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente que foi em São Filipe, no estado de viúva.

Que a falecida não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) Anildo Jorge Fernandes Teixeira**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América.
- b) Teresa Fernandes Teixeira**, solteira, maior, residente em Portugal.
- c) Eugénia Fernandes Teixeira**, divorciada, residente em São Filipe.
- d) Maria Rosa Fernandes Teixeira**, solteira, maior, residente em Portugal.
- e) João Teixeira Júnior**, casado com Maria Francisca Leite Tavares no regime

de comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América;

f) Isabel Fernandes Teixeira Barros, casada com Frutuoso Cardoso Resende Barros, no regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Ponta Verde: e:

g) Nilda Margarida Fernandes Teixeira da Veiga, casada com Tomé Gonçalves Barros da Veiga, no regime de comunhão de adquiridos, residente em São Filipe, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança da falecida.

Conta: Reg. Sob o n.º 45/11
Artigo 20.º 4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma:.....1.200800 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE

=EXTRACTO=

CERTIFICO, para efeito da segunda Publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014 de 20 de Agosto B.O.nº50-Iª Série, que no dia oito de outubro de dois mil e dezanove, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, ilha de São Vicente, perante a Notária por acumulação, Drª Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número E/sessenta e seis, 101 V á 112 F, a Habilitação de Herdeiros, por óbito de **CIRÍACO LOPES BRITO**, natural da República de São Tomé e Príncipe, no estado de solteiro, falecido no dia seis de Maio de dois mil e quinze, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Bela Vista, cidade do Mindelo.- Na referida escritura foi declarado como Herdeiros legitimários os seus filhos: A saber, **a) Gilda Patrícia Costa Brito**, re-

sidente na ilha do Sal; **b) Silvestre da Cruz Brito**, residente em Holanda; **c) Gil Roberto Costa Brito**, residente em São Vicente; Todos á data do óbito, solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente.

Mas se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do Artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo vinte e três de novembro de dois mil e vinte.

(Assinatura por acumulação)
Tirza Francisca Pires Fernandes

Conta:
Artº. 20º.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo200\$00
Total 1200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)
Processo nº 245961/2020
Conta Reg. Sob o n.º. 202057910/2020



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

**EXTRACTO**

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 70 vº a fls 71 vº do livro de notas para escrituras diversas número 46-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de trinta de novembro de dois mil e vinte, na qual a Sr.ª **MARISA ALVES FERNANDES**, com NIF117468584, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Monte Grande, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de prédio urbano tendo cave com uma sala, dois quartos, uma cozinha, duas casas de banho, uma varanda, um corredor e uma caixa de escadas, situado em Lacaca, com área de duzentos e vinte e cinco metros quadrados, confrontando ao norte com baldio, sul com baldio, este com via pública e oeste com baldio, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número 7114/0, com o valor matricial de um milhão cento e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e dois escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, num terreno adquirido por compra por escrito particular, no Sr. Amaril-

des Gomes Fernandes, anterior possuidor do mesmo há mais de sessenta anos, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome própria, de forma pacífica, de boa-fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invocam para efeito de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos trinta de novembro de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o n.º1 21/11
Artigo 20º.4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma:.....1.200800 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente, para efeitos de primeira publicação que, a fls. 58 a 59 do livro de notas para escrituras diversas número 46-B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de treze de novembro dois mil e vinte, na qual se declara que no dia vinte de outubro de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **LUSIA FERNANDES TEIXEIRA**, de noventa e um anos de idade, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente que foi em São Filipe, no estado de viúva.

Que a falecida não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos: **a) Anildo Jorge Fernandes Teixeira**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América.

- b) Teresa Fernandes Teixeira**, solteira, maior, residente em Portugal.
- c) Eugénia Fernandes Teixeira**, divorciada, residente em São Filipe.
- d) Maria Rosa Fernandes Teixeira**, solteira, maior, residente em Portugal.
- e) João Teixeira Júnior**, casado com Maria Francisca Leite Tavares no regime de

comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América;

f) Isabel Fernandes Teixeira Barros, casada com Frutuoso Cardoso Resende Barros, no regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Ponta Verde: e:

g) Nilda Margarida Fernandes Teixeira da Veiga, casada com Tomé Gonçalves Barros da Veiga, no regime de comunhão de adquiridos, residente em São Filipe, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança da falecida.

Conta: Reg. Sob o n.º 45/11
Artigo 20.º 4.2 1.000\$00
Selo do acto 200\$00
Soma:.....1.200800 - São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A- São Filipe - Telefone nº2811371/2811154



TELECOMUNICAÇÕES

18 anos a crescer com Cabo Verde

18 anos

- Maior empresa especializada no ramo das Telecomunicações, em Cabo Verde
- Posição privilegiada no mercado nacional
- Peça fundamental no desenvolvimento do mercado das Telecomunicações do país
- Contínua aposta nos recursos humanos, formando profissionais nas áreas das telecomunicações
- Desenvolvendo uma forte vertente social, apoiando escolas, famílias e instituições
- Distinguindo-se pela simplicidade e qualidade nos serviços prestados



MARCAS REPRESENTADAS PELA TEI EM CABO VERDE



Centrais PABX



UPS



Centrais PABX

Nigéria

Boko Haram assassina mais de cem agricultores

De acordo com agências várias, homens armados chegaram em motocicletas no sábado passado e realizaram um brutal ataque contra homens e mulheres que trabalhavam nos campos arroz de Koshobe.

“Pelo menos 110 civis morreram cruelmente e muitos outros ficaram feridos”, disse o coordenador humanitário da ONU na Nigéria, Edward Kallon. “Todo o país está ferido”, disse o presidente Muhammadu Buhari, por seu turno.

As vítimas eram agricultores e que estavam desarmados. Várias dezenas foram decapitados no ataque, que começou no sábado pela manhã na aldeia localizada no Estado de Borno, nordeste da Nigéria, onde o grupo jihadista Boko Haram costuma agir.

Ainda que ninguém tenha assumido a responsabilidade pelo massacre, o Boko Haram realizou matanças deste tipo no passado e se mantém ativo na região, onde os terroristas mataram pelo menos 30 mil pessoas na última década. E já há fontes que os apontam como responsáveis.

“É sem dúvida a obra do Boko Haram, que opera na região e ataca frequentemente os agricultores”, afirmou no sábado Babakura Kolo, comandante de uma milícia governamental.

Os assaltantes, que chegaram armados em motocicletas, amarraram os camponeses e cortaram suas gargantas, segundo uma milícia antijihadista pró-governo. Moradores locais afirmaram à agência de notícias DPA que alguns dos mortos apresentam ferimentos à bala, outros tiveram a garganta cortada.

Em Zabarmari, dezenas de pessoas rodearam neste fim de semana os corpos dos assassinados, que foram envoltos em sudários funerários brancos e colocados em esteiras de madeira enquanto os clérigos faziam orações aos falecidos.

Enquanto isso, no sábado as

Pelo menos 110 civis, homens e mulheres, foram assassinados no sábado num ataque nos arrozais localizados na aldeia de Koshobe, nordeste da Nigéria, de acordo com um balanço das Nações Unidas publicado no domingo. O Boko Haram é um dos grupos islâmicos radicais que actua na Nigéria e nos Camarões, principalmente.

A Nação/Agências

autoridades continuavam procurando corpos, especialmente nas regiões pantanosas dos arrozais e nos campos de cultivo. O ataque de sábado foi no dia das eleições locais no conflituoso Estado de Borno, as primeiras organizadas desde o começo da insurreição do Boko Haram em 2009.

O número de vítimas mortais foi aumentando com o passar das horas após o atentado. Após participar do enterro de 43 pessoas, o governador de Borno, Babaganan Umara Zulum, informou que já haviam contabilizado 70. “Ao chegar me informaram que agora são 70”, disse aos jornalistas.

O governador falava do povoado de Zabarmari, bem próximo ao campo atacado. Depois, o coordenador humanitário da ONU elevou a contagem para mais de uma centena.

A rede britânica BBC afirma que, além da matança, por volta de quinze mulheres foram sequestradas pelos atacantes. Os agricultores “foram atacados porque na sexta-feira desarmaram e prenderam um pistoleiro do Boko Haram que os estava incomodando”, disse Ahmed Satomi, membro do parlamento local, ao jornal Premium Times e citado também pela BBC.

Zulum pediu ao Governo federal que aumente a presença

de forças de segurança para proteger os agricultores da região. “Por um lado, [os camponeses] ficam em casa, podem morrer de fome e de inanição; por outro, vão às suas plantações e correm o risco de ser assassinados pelos insurgentes”, lamentou. Os preços dos alimentos na Nigéria aumentaram drasticamente durante o último ano, impulsionados por inundações, fechamentos de fronteiras e insegurança em algumas áreas produtoras de alimentos.

“Mortes sem sentido”

O presidente nigeriano, Muhammadu Buhari, conde-

nou o ataque. “O país inteiro foi ferido por essas mortes sem sentido”, disse.

O ataque ocorreu em meio a eleições locais realizadas com atraso no estado de Borno. As votações foram repetidamente adiadas por causa de um aumento nos ataques do Boko Haram e de uma facção dissidente rival, a milícia «Estado Islâmico Província África Ocidental».

Os dois grupos foram acusados de aumentar os ataques a agricultores, pescadores e suas famílias, a quem acusam de espionar para o Exército e para as milícias pró-governo.

Pelo menos 2,4 milhões de pessoas estão refugiadas por causa da violência de grupos armados no nordeste da Nigéria e em países adjacentes, de acordo com a Agência de Refugiados da ONU. O governo federal da Nigéria é acusado de ser inoperante e incapaz de fazer face às investidas do Boko Haram.



GRUPO IMPAR



BCN CRÉDITO AUTO

As melhores condições para comprar o seu carro. Financie o seu novo veículo com o **BCN Auto** e tenha benefícios exclusivos.



- Resposta em 1 semana;
- 50% de desconto na comissão de abertura do Crédito;
- Taxas atrativas e flexíveis;

- Possibilidade de incorporação do seguro no montante de crédito;
- Pedido de crédito online ou numa agência BCN.

Para mais informações entre em contacto com o BCN.

Telefone: (+238) 260 49 20

Linha Grátis em Cabo Verde: 800 11 20



WWW.BCN.CV

OPINIÃO



António Carlos Gomes

“O acesso à maioria dos bens aqui apontados está diretamente ligado ao nível do rendimento que auferem cada família. É demasiado pacífico, porque evidente, que as famílias e ou indivíduos que auferem o salário mínimo não poderão gabar-se de poder aceder a bens culturais, de educação e de saúde sem que haja serviços públicos que lhes garantam o usufruto destes bens”

Legislativas 2021

Levarei em devida conta a Plataforma Eleitoral que: 5) Propõe a abolição da comparticipação na segurança social (INPS) dos que auferem salário mínimo

Os partidos políticos adoram enganar-nos inflacionando o discurso sobre a desigualdade social e, no entanto, convictos de que estamos todos anestesiados ou embriagados e nos terem enganado não movem, uma vez no poder, nem uma palha sequer para desbravar caminhos que nos levam à construção de uma sociedade justa.

Alguns até acham que fazer isso é cair nas veredas de uma esquerda retrógrada e promover assistencialismos, os mesmos que brigam, berram e até dão chutos e pontapés para que não se mexa nos sacrosantos subsídios, porque, afinal, é sempre possível encontrar esquemas para os incorporar no cálculo das pensões de reforma.

Desigualdades no acesso a bens e serviços

Como eleitor, mas sobretudo enquanto cidadão, devemos exigir aos pretendentes ao Palácio da Várzea que coloquem alguma substância no invólucro do discurso sobre desigualdade social, isto é, que se apresente medidas concretas que reduzam e suavizem os efeitos da dispar distribuição dos rendimentos, do acesso desigual a bens e serviços de saúde e de educação assim como a bens culturais.

O acesso à maioria dos bens aqui apontados está diretamente ligado ao nível do rendimento que auferem cada família. É demasiado pacífico, porque evidente, que as famílias e ou indivíduos que auferem o salário mínimo não poderão gabar-se de poder aceder a bens culturais, de

educação e de saúde sem que haja serviços públicos que lhes garantam o usufruto destes bens.

E, sabemos que isso nem sempre é possível. Outrossim, sabe-se que aqueles que auferem o salário mínimo têm dificuldade em satisfazer as necessidades básicas em termos de alimentação, medicamentos e habitação.

Isenção da contribuição para a segurança social

Corrigir este quadro implica transferência direta do Estado, mas isso seria objeto de ataques, pois abunda, na nossa sociedade, quem acredita que, para além de agravar o défice orçamental (será preciso ressuscitar Ricardo?), as políticas sociais criam dependências.

Assim, resta-nos a solidariedade entre os trabalhadores. E esta solidariedade se exprime de várias formas nomeadamente na isenção dos trabalhadores que auferem salário mínimo de contribuir para a segurança social ficando esta responsabilidade unicamente para a entidade patronal que pagará os habituais 15% do salário bruto.

Ficará o trabalhador que recebe salário mínimo dispensado de pagar os 8% do seu salário bruto. Esta é uma medida que não tem impacto no Orçamento do Estado e nem compromete a sustentabilidade da segurança social e, para além de consolidar a solidariedade entre os trabalhadores, é de um valor económico de suma importância para as famílias.

Para além do fim da contribuição do salário mínimo para a segurança social será também preciso acabar com a insensatez económica de atribuir uma pensão social inferior à linha de pobreza que mantém, portanto, um idoso, uma família sem rendimento na extrema pobreza.

Pensão de sobrevivência inferior ao limiar da pobreza

Em Cabo Verde, está, oficialmente, fixado o limiar da pobreza em 262\$00 escudos diários no meio urbano e 224\$00 no rural equivalentes a 7860\$00 e 6720\$00 mensais respetivamente. E a pensão não contributiva fixada em 6.000\$00 mensais.

É absurdo, e dispensa qualquer outro comentário, atribuir uma pensão de sobrevivência inferior ao limiar da pobreza a um idoso ou a uma família que não tem qualquer outro rendimento. E a situação é delicada quando o idoso luta contra uma doença ou a família é composta por idosos isolados.

Pôr fim a esta insensatez económica está ao nosso alcance porquanto Cabo Verde não é tão pobre o quanto se quer convencer-nos. O que há, e que se verifica ao longo dos anos, é um défice de inteligência, de humanismo e de honestidade na utilização dos recursos do Estado.

Alguém que saltita de função subsidiada para função subsidiada disse, a um amigo comum: “vivo unicamente dos subsídios e das ajudas de custos. O meu salário trans-

firo-o diretamente para a conta poupança. Militar!”

Acesso a lotes para habitação própria

E, finalmente, é urgente pôr fim, também, à desigualdade no acesso a lotes para habitação própria flexibilizando a atribuição de lotes para famílias carenciadas condimentadas com um programa de reabilitação de casas degradadas e de crédito à habitação social.

Estas opções resolveriam o problema do défice habitacional e de construção clandestinas. E poriam fim ao amargo sentimento de que, aos pobres, não se atribui terrenos para construção pelo que só lhes restam mesmo ladeiras e kobom com as consequências que conhecemos.

No essencial, será preciso conceber e montar um sistema político e económico inclusivo, isto é, nenhum ator socioeconómico e nenhuma região é excluída dos recursos, empregos, serviços e bens do Estado bem como dos espaços de decisão.

A marginalização assumida ou disfarçada de cidadãos ou de territórios implica, necessariamente, um sistema político exclusivo, logo, gerador da desigualdade.

Em jeito de conclusão, e falando sem ramóia, a plataforma eleitoral que me seduzirá será aquela que apresenta medidas concretas para reduzir a desigualdade social em Cabo Verde como, por exemplo, a isenção ao trabalhador de salário mínimo de contribuir com os tais 8% para a segurança social.

(Continua)

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!





Alex Semedo

Saúdzando

COVID-19 com tendência de baixa nas últimas semanas. Fogo e São Vicente em contramão

1 - Em contramão

A Ilha do Fogo, mais concretamente, o Município de São Filipe, a par de São Vicente, contrariam a tendência Nacional, das últimas semanas, de baixa de novos casos positivos de COVID-19.

O Concelho da Praia (na Ilha de Santiago), que, durante um longo período foi o epicentro do novo Coronavírus, nesta terça-feira, 1 de Dezembro, para alegria e contentamento dos moradores e das autoridades, não registou nenhum caso de COVID-19.

Na segunda-feira - último dia de Novembro -, no já tradicional Encontro com a Imprensa, o director Nacional da Saúde (DNS), Jorge Noel Barreto, reportou que, nos últimos 14 dias, houve uma tendência de baixa de novos casos, remarcando, todavia, ser preciso esperar as amostras pendentes nos diversos laboratórios do País, em ordem a se fazer uma avaliação mais ajuizada.

“Em relação à taxa de incidência acumulada, a nível Nacional, nos últimos 14 dias – de 16 a 29 de Novembro -, está com 142 por cem mil habitantes. De 2 a 15 de Novembro, estava em 183 por cada cem mil habitantes. Os dados dos últimos 14 dias são provisórios”, avança o DNS, reconhecendo ser “preocupante” a situação de São Filipe (no Fogo) e de São Vicente.

No Município da Praia, a taxa de incidência acumulada, nos últimos 14 dias (até segunda-feira, 30 de Novembro), diminuiu de 166 casos por cem mil habitantes, para 85 por cada cem mil.

O maior número de casos activos de COVID-19 está na Praia e em São Filipe.

Tanto Jorge Noel Barreto como a presidente do INSP (Instituto Nacional de Saúde Pública), Maria da Luz Lima reiteram a necessidade de “não se baixar a guarda”, malgrado a queda de ocorrências, na Cidade-Capital de Cabo Verde.

Insistem e relembram as directivas e os procedimentos que devem ser o ritual nestes tempos

covidicos, quais sejam: o uso de máscara, a correcta e frequente lavagem das mãos, a etiqueta respiratória, o distanciamento físico-social, as não-aglomerações, entre vários outros.

Se cada um fizer a sua parte...
Vergaremos Sars-Cov-2.

2 - Regresso

Após uns dias de ausência, eis que, terça-feira, 1 de Dezembro, a “Ilha de Nhô Tatai” regista mais um novo caso de COVID-19.

Poupada durante largo tempo, Brava teve a sua primeira ocorrência a 13 de Outubro passado (quase), sete meses após a primeira notificação em Cabo Verde, mais concretamente, na Ilha da Boa Vista, 19 de Março.

Com a última ocorrência, a Ilha mais a Sul de Cabo Verde contabiliza um total de 24 infecções acumuladas.

Em conversa com a Inforpress, o delegado de Saúde, o médico Júlio Barros, garante que “todos os 23 casos já se encontravam” curados.

O clínico garante que ele e a sua Equipa estão no terreno, incansavelmente, a realizarem testes de despistagens, de modo a terem a noção exacta de qual é o estado epidemiológico da Ilha, no que ao novo Coronavírus diz respeito.

Barros – à semelhança dos responsáveis sanitários de outros rincões do Arquipélago -, reforça o apelo para que todos colaborem na luta contra este vírus “prindante”, traiçoeiro, oportunista, inconfiável, invisível e mortífero, lamentando um “relaxamento exagerado” da população bravense.

O delegado de Saúde está, também, preocupado com a entrada de passageiros de outras ilhas, alguns dos quais com casos positivos e activos.

É o preço do desenvolvimento.

O remédio mesmo, é jogar na antecipação e...ser pró-activo.

Todos nós...

3 - Bom exemplo

Vem de “Djarmai”.
Aliás, Ilha do Maio, a vizi-

nha da Grande Santiago.

Por mor de COVID-19, os clubes de Futebol, reunidos na Associação local, decidem, por unanimidade e a uma só voz: não estão criadas condições para a abertura da Época Futebolística 2020/2021.

Fica p’ra outra altura.

Até porque, há tempo p’ra tudo.

Mesmo p’ra uma balizinha ou mata-mata.

Em primeiro lugar, está a Saúde Pública.

Principalmente, dos homens da bola.

Fica este bonito e bom exemplo.

Que é um lapidar modelo a ser seguido, tanto pelos homens e amantes da bola, como pelo pessoal de outros sectores.

Incluindo os políticos...

E de quaisquer actividades que requerem e alimentam ajuntamentos, aglomerações e concentrações de pessoas.

Vivô o Maio!

4 - Novo “lay off”

Palácio da Várzea da Companhia (na Cidade da Praia) prepara uma nova proposta de Lei para o novo período – o quarto! – de suspensão temporária de trabalho (“lay off”).

O anúncio foi feito, um dia desses, pelo vice-Primeiro-Ministro, também ele, ministro das Finanças, Olavo Correia, avançando que cobrirá, pelo menos, o primeiro trimestre de 2021.

Correia reconhece que diversos sectores de actividades, com destaque para o Turismo, prosseguirão, no ano que vem, “altamente impactadas” e afectadas, por via da Pandemia Global do novo Coronavírus.

Em face disso, “faz todo o sentido” que o Estado continue a auxiliar essas empresas, cuja maioria fica nas ilhas (turísticas) do Sal e da Boa Vista.

Bom...

“Ilhas turísticas” não colhe unanimidade.

Há que mesmo argumente e

sustente que “todas as ilhas de Cabo Verde são turísticas”.

Cada uma à sua maneira.

Com cada qual a ter as suas especificidades, maravilhas e atractividades.

Na parte que nos toca...pomos a nossa chancela.

5 - Alvissaras!!!

Ufaaaaaa!!!!

Alvissaras!!!!

Até que enfim.

O sonho quase já vira realidade.

A acreditar nos entendidos das coisas da Saúde, é já na próxima semana que começa a saga da vacinação contra o novo Coronavírus.

Tão esperado quanto desejado, o anúncio chegou, nesta quarta-feira, 2 de Dezembro, dando conta de que o Reino Unido aprovou o uso generalizado da vacina contra a COVID-19.

Esta imunização foi co-desenvolvida pelas empresas Farmacêutica (Norte-Americana), Pfizer, e de Biotecnologia BioNTech (Alema).

A Imprensa Global dá conta de que a Agência Reguladora de Medicamentos e Produtos de Saúde do Reino Unido já deu o visto “bom”, garantindo que a vacina candidata “BNT162b2” – nome por que é baptizada -, “é segura para uso generalizado”.

Após a aprovação, a vacinação de grupos de alta prioridade deve começar, no Reino Unido, já na próxima semana.

A Pfizer e a BioNTech garantem que a vacina é 95 por cento eficaz na imunização contra o novo Coronavírus.

As empresas já solicitaram, também, à FDA (Food and Drug Administration dos Estados Unidos da América) e à Agência Europeia de Medicamentos (EMA), que permita o uso imediato da vacina candidata.

Tomara que chegue a todos.

E não somente a alguns...mais sortudos e bafejados pelo poder do dinheiro.

Que assim seja...

“O Concelho da Praia (na Ilha de Santiago), que, durante um longo período foi o epicentro do novo Coronavírus, nesta terça-feira, 1 de Dezembro, para alegria e contentamento dos moradores e das autoridades, não registou nenhum caso do novo Coronavírus”

Crise?

A moda do “black friday” veio para ficar. Nem mesmo a covid-19 impediu, na sexta-feira passada, na Praia, filas de consumidores a não quererem deixar passar em branco os saldos que os estabelecimentos comerciais tinham para oferecer. Crise? Qual crise! A adesão ao “black friday” foi tão intensa e participativa que a solução foi estender o dia de saldos a segunda-feira. Para o ano, com pandemia ou sem pandemia, haverá mais, porque o dinheiro, este, onde estiver sempre há-de aparecer.



Web Summit

Outro que não quer perder a moda (ou sair dela), neste caso da Web Summit, é Ulisses Silva, que andou estes meses todos a aprimorar o seu inglês para, na edição deste ano, dar o seu “best”. Como palestrante, o nosso PM será um dos mil tal e oradores dessa feira tecnológica e de vaidades, este ano apenas em versão online por causa da pandemia. Online ou não, não queira o leitor do ZIG saber quanto é que o contribuinte cabo-verdiano teve de pagar para um discurso de escassos segundos do nosso PM. ZIG entende que UCS deveria aproveitar esse grande momento internacional para expor as nossas fragilidades no domínio das TIC, à luz do apagão da semana passada.



Campanha

A campanha eleitoral já começou. O tiro de partida foi disparado por UCS na sessão parlamentar da semana passada, a propósito da discussão do OE de 2021. Depois das críticas de Janira, que o questionou sobre qual é a obra que vai deixar ao país passados quatro anos, UCS foi a São Vicente visitar todas as obras em curso na ilha, mesmo se nem do Governo são. Visitou o Data Center, o CNAD, o “Flow Music Studio”... Ainda mal saímos da campanha autárquica, já nos querem impor outra. Pelos menos dêem tréguas durante esta quadra festiva.

Queima de arquivo

Mais de 10 dias depois da posse dos novos órgãos da CM e AM de São Vicente, António Monteiro e os demais vereadores não foram ainda chamados para tirar o seu dia de trabalho no edifício da Pracinha d’Igreja. Preocupado, o líder da UCID alertou esta semana que Augusto Neves andará a queimar arquivos... Por causa desse alerta, há quem passe pelas cercanias da CM com nariz arrebicado para ver se sente cheiro de papel queimado no ar.



Dinheiro, rico dinheiro...

Na política autárquica cabo-verdiana há de tudo. Inclusive formas muito próprias e pessoais de acertar as contas antes que os novos titulares se instalem. Esta semana, o país ficou a saber que Jorge Nogueira, em São Filipe, na ilha do Fogo, andou a fechar e acertar as suas contas todas, sem esquecer o subsídio de seis meses de reintegração a que tem direito... Sabe que se deixar o acerto para depois corre o risco de lhe acontecer o mesmo que fez ao seu antecessor, Luís Pires...

Um dia a casa cai

Neste edifício, na Achada de Santo António, funcionou em tempos idos a sede da FICASE. Tendo apresentado problemas, a solução foi desocupá-lo para as devidas reparações. O edifício património público continua como foi deixado, a cair aos bocados, como mostra a fotografia. Qualquer dia o que sobrou vem abaixo, seguindo a célebre lei da física.



4G
BATE RECORDS
DE NOVIDADES

NOVO
PACOTE
MENSAL

100.000MB

PREÇO
4.999\$

UNITEL t+

Etc.

Eduardo Lourenço
1923-2020

SOCIEDADE

Nos 51 anos da Associação Caboverdeana de Lisboa, a segunda presidente-mulher promete

“Rumo diferente do norteado nos últimos tempos”

Em 51 anos de História da Associação Caboverdeana – ACV - de Lisboa – em Portugal -, é a segunda vez que acontece uma liderança feminina na Colectividade.

Abordada por a NAÇÃO, a nova Direcção, eleita, semana passada, assegura que, “a rigor da verdade”, desta feita, ainda que com serenidade e sentido de aproveitamento de todo o potencial humano associativo, existe um colectivo paritário, em termos de género e harmonioso em termos geracionais”.

De acordo com Filomena Vicente, o que “realmente aconteceu”, foi uma progressão considerável em matéria de liderança feminina, em contexto da igualdade de género e, obviamente, com reflexo no teor e no nível de gestão para o biénio de mandato.

Liderando a Lista B, sob o lema: “Uma Candidatura de Mudança”, Vicente sustenta que fê-la na premissa de que introduziria “um rumo diferente, daquele norteado nos últimos anos, naturalmente, dando continuidade ao que de positivo foi realizado, e viríamos inscrever novos ciclos de acção, ajustando a Associação aos novos tempos”.

E revela: “De há muito que estávamos a precisar de introduzir mudanças, algumas até essenciais, como o claro e inequívoco regresso ao activismo comunitário e a reposição do foco nas grandes questões da integração das comunidades cabo-verdianas”.

Mudanças

A novel presidente da ACL insiste que havia e há necessidade de “mudanças”, atendendo a que se precisava de uma maior assunção do “enraizamento comunitário, sendo parceira activa na resolução dos problemas de Saúde, Educação, Trabalho e Integração da nossa gente”, em ordem a que se possa dar melhor contributo para



DIÁSPORA

Sob a consigna “Uma Candidatura de Mudança”, Filomena Vicente ganhou a liderança da Associação Caboverdeana de Lisboa – ACL -, tornando-se, assim, a segunda mulher presidente daquela Colectividade em Portugal, nos 51 anos da sua história de vida. Promete, entre outros, “um rumo diferente do norteado nos últimos tempos” e “uma gestão mais colegial e partilhada”, em ordem a que a Associação diversifique a sua oferta social, cultural e institucional nas terras lusas – e no Arquipélago também.

Alexandre Semedo

um diálogo mais fluído e mais profícuo, baseado em direitos, no multiculturalismo e na progressão social.

“Tudo isso, para que possamos recentrar o foco no empoderamento suave, mas gradual e resoluto, das várias comunidades que hoje são a sociedade portuguesa, de que a cabo-verdeana é das mais significativas em número e em tempo histórico”, argumenta Fátima Vicente.

Em termos de marcas, Vicente garante que haverá uma mudança no seu consulado, em termos de

“estilo e de conteúdo de liderança, sem fazer tábua rasa à gestão anterior”, que, acredi-

ta, ter ligado com algumas circunstâncias difíceis e alguns condicionalismos que não foram possíveis transpôr.

Vicente preconiza “uma gestão mais colegial e partilhada, uma liderança mais aberta aos sócios e às sociais, e mais afoita”, em ordem a que a Associação diversifique a sua oferta social, cultural e institucional.

A novel líder promete “apelar ao regresso à participação activa de várias centenas de patrícios – e não só! -, de modo a fazerem parte do dia-a-dia associativo”, a par de mobilização e recrutamento de novos membros.

“É preciso devolver a Associação à massa associativa e

torná-la a nossa principal razão de ser”, remarca.

Mais presença nos bairros

Depois de dois anos de Governança, seguramente, a ACL será “uma instituição mais presente nos bairros, mais participante com os profissionais da nossa Comunidade e mais colaborante” nos projectos dos patrícios.

“Trabalharemos em prol dos cabo-verdianos, em parceria com a Embaixada e com as instituições cabo-verdianas, com o Alto Comissariado para as Emigrações e com as instituições portuguesas, com vários pro-

jectos a funcionarem, com ofertas culturais e recreativas mais alargadas, com mais inter-acção com as comunidades não cabo-verdianas e, pela certa, resgatando a áurea de um parceiro de referência para Cabo Verde e para Portugal”, anuncia a interlocutora do A NAÇÃO.

Discurso anacrónicos

Fátima Vicente fez e venceu a ACL com uma Lista com muitos não-cabo-verdianos, mas rebate os críticos que isto implique a descaracterização da Colectividade.

“A lista vencedora teve muitos cabo-verdianos, o que se reflecte, aliás, na composição dos novos Corpos Sociais. Cumprimos, rigorosamente, os Estatutos, que rezam que um terço dos titulares podem não ser cabo-verdianos, desde que se revejam nos fundamentais da ACV. Foi o que aconteceu. Houve, por razões que a Razão não explica, alguma insinuação maldosa, diria até racista e chauvinista, por parte de pessoas bem localizadas de que tais não cabo-verdianos, estatutariamente integrados, repito, iriam descaracterizar a matriz e o cariz da Associação”, justifica, denunciando “os discursos anacrónicos, até perigosos, ter um ou outro cabo-verdiano em Portugal ou em qualquer País a defender princípios de exclusão e de isolamento, quando o nosso propósito, sem perda de identidade e de personalidade, queremos mais integração, mais reconhecimento e mais visibilidade”.

E remata: “ Só espero que tais portadores de estes discursos e estas posturas não apareçam, depois, em iniciativas político-partidárias, a falar em nome da nossa Comunidade, pois, as palavras e os actos, como tudo na vida, têm peso e ocupam espaço”, assegurando que, “no que nos compete, estaremos a estreitar laços, a construir pontes e a alargar redes”.

Filomena Vicente tem – também - desporto e activismo nas veias

Filomena Vicente nasceu na Cidade da Praia, da família Lubrano Barbosa Vicente, oriunda da – hoje – Cidade de Assomada, no Município de Santa Catarina – no interior de Santiago. Tem, também, a “costela” da família Fontes, de São Filipe, na Ilha do Fogo.

Mudou-se para Lisboa – Portugal -, ainda na infância, onde completou os estudos primários e os secundários.

Foi assistente dentária, empresária na área da Engenharia, e técnica certificada de Geriatria, tendo-se especializado nos cuidados a idosos com can-

cro, área em que se sente realizada.

É mãe de dois filhos.

Foi atleta federada de Andebol, no Sport Lisboa e Benfica, e, desde a adolescência, envolveu-se, activamente, em várias associações no bairro onde cresceu: Campo de Ourique.

Fez parte dos órgãos sociais da Associação Caboverdeana (ACV) de Lisboa.

Desde há vários anos, dedica-se, também, ao Teatro Amador e à declamação de Poesia.

AS



Reconfiguração

A novel dirigente promete apostar numa abordagem Social e Comunitária da ACV, que, “em significado bem terra-a-terra”, que o seu trabalho vai focar em ajudar as pessoas da Comunidade e não ficar confinados ao 8º Andar, do Duque de Palmela, no Centro de Lisboa.

“Seremos, doravante, uma Associação que vai ao terreno e terá, na agenda, as grandes questões da nossa Comunidade. Com identidade cabo-verdeana bem presente, mas ciente de sermos uma Associação inscrita em Portugal e sob a Legislação Portuguesa, vamos tirar desta realidade todo o seu potencial para ajudar a nossa gente”, promete.

A nova dirigente da ACL assegura que vai continuar com “o legado positivo que herdou”, designadamente, “os almoços-dançantes”, mas que se irá para além disso.

“Os lançamentos de livros e palestras continuarão, mas podemos fazer mais do que isso. A venda de livros continuará a ter espaço, mas poderemos ser um ponto de referência aos produtos ‘made in Cabo Verde’. Há que ter um pequeno quiosque de Cabo Verde e de outras comunidades. Não é nossa intenção destruir nada, mas reconfigurar tudo e trazer coisas novas”, avisa Vicente, anunciando ajuda na atracção para o Turismo e para a ampliação do investimento em Cabo Verde, uma

vez que a ACL tem por missão promover o Arquipélago.

Abertura ao diálogo

Confrontada com a possibilidade de ter havido alguma divisão no processo de eleição, a novel líder, responde que, em havendo, não se deveu à postura da então Lista B, e nem será incorporada pela nova Direcção.

“Somos, por natureza e vocação, abertos ao diálogo, ao entendimento e à valorização do contributo de todos. Não comungamos da ideia redutora que diz: ‘Agora é a vez dos mais jovens!’”, mas sim, do ideário da convivialidade de gerações, de géneros, de visões e de projectos”, contrapõe, acreditando que, os que, neste momento, “andam amuados ou mesmo desavindos, cedo ou tarde terão a certeza de que a porta está sempre aberta e que o novo ciclo da vida associativa é inclusivo e participativo, sem segundas intenções, nem cartas na manga”.

Aliás – prossegue -, “a transparência e as boas-práticas associativas serão o apanágio da nossa gestão”.

Vicente defende a adaptação dos Estatutos “às novas realidades, para permitir melhor clareza eleitoral, maior controlo da Assembleia-Geral, mais prestação de contas, mais rigor no uso da coisa associativa e mais confluyente às das associações hoje”, com activa parceria com o preconizado pela União Europeia.

E anuncia: “Uma das nossas intenções é convocar alguns juristas, para uma reengenharia estatutária mais moderna e mais ‘anténada’ com a década que vivemos”.

Novos tempos

A sustentabilidade tem sido a fraqueza e, consequentemente, razão de algum definhamento da ACL.

“Há muitos projectos, financiados ou co-financiados pela União Europeia, do Estado Português ou mesmo do Estado Cabo-Verdeano, que em muito ajudariam a dinâmica associativa e que é preciso olharmos para eles, pois, são parte do nosso objecto social”, realça, admitindo que se tem de buscar novas fontes de apoio, prestando serviços de utilidade social, comunitária e cultural. Na avaliação de Vicente, há que se capacitar a Associação, para se auto-sustentar.

Ademais – acrescenta -, é tempo de se trabalhar um problema crítico: o pagamento regular das quotas.

“A Associação deve ser, consequentemente, uma resultante da vontade colectiva, que se obriga a quotizar-se para que funcione. Isto, sem descurar as actividades várias que, não são comerciais, mas precisam de contribuições dos que dela usufruem, para a sua sustentabilidade, ainda que, em muitos casos, de contribuições simbólicas”, avança, destacando que a Tesouraria e a secretaria te-

rão de ter uma dinâmica consequente nesta nova fase.

Referente às parcerias, garante que nada irá para o “caixote de lixo da história”, até porque, a memória boa ou má de tudo, sempre é uma resultante positiva.

“Todas as parcerias serão continuadas e recuperadas. Mas como já disse, voltaremos à ideia de um ‘Network’ de Todas as Associações Cabo-Verdeanas em Portugal, abordaremos, em Cabo Verde, as Câmaras de Comércio e de Turismo, as instituições de apoio aos emigrantes, os deputados pelo Círculo da Europa, a Santa Casa da Misericórdia, a Cruz Vermelha de Cabo Verde, a Embaixada, as demais associações comunitárias da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa -, a própria CPLP, enfim, estamos já a construir uma lista e um roteiro exaustivo de contactos”, revela, remarcando que “os novos tempos exigem bons amigos e parceiros activos”.

Parceria solidária

A ACV está atenta na prevenção e na luta contra a Pandemia de COVID-19, especialmente, na sua incidência em Portugal e em Cabo Verde, abrindo espaço para a parceria solidária.

“A Associação não pode ser um elemento passivo perante os problemas que afectam a nossa Comunidade, nem deve se posicionar do lado do pro-

blema, quando fomos eleitos para solucionar ou, se tanto, dar o nosso modesto, mas sempre pronto, contributo para as soluções”, avança Vicente.

Para já – realça -, deve-se “colaborar, mais activamente”, com a Comunidade da Saúde em Portugal e dar mais espaço e mais apoio, na medida das possibilidades, aos médicos, enfermeiros e outros profissionais de Saúde cabo-verdeanos e outros.

“A vacina está aí a chegar, nos primeiros dias e meses do Novo Ano. Temos, enquanto Associação, fazer uma ampla articulação, para que as comunidades imigradas, muitas em situação de risco, sejam universalmente contempladas, em prol do interesse geral”, propõe, relevando que “o papel prático é, entrarmos, de imediato, na prevenção e no combate, em articulação com os que lideram o processo”.

A modos de repto, a novel presidente da ACL tranquiliza que “não viemos contra ninguém, mas a favor de todos e a Governança Associativa será aberta”.

E anuncia: “Acertaremos com a nova Mesa da Assembleia-Geral, encontros regulares com o universo dos associados e das associadas, para lhes dar o tento das grandes mudanças e pedir-lhes aval e respaldo das transformações de fundo”, assegurando que “sabemos ao que viemos e estamos empenhados a cumprir o que prometemos”, pois, “é um novo tempo!”

CULTURA

O que anda a ler e a ouvir?

LITERATURA

Praia

Livraria “Nhô Eugénio”

Manuel Rodrigues: Convicções e Afectos, José Pereira

Os Bastidores da Independência, José Vicente Lopes – Spleen Edições

O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo, Germano Almeida – Caminho

Cem anos de solidão - Gabriel Garcia Marquez - BIS

O Segredo - Rhonda Byrne – Lua de Papel Editora

Livraria “Pedro Cardoso”

Chiquinho, Baltasar Lopes da Silva – Vega

Contra Mar e Vento, Teixeira de Sousa – Europa-América

Constituição da República de Cabo Verde

A construção do estado e a democratização do poder em Cabo Verde, David Hopffer Almada – Livraria Pedro Cardoso

Código Laboral de Cabo Verde, Salvador Varela

São Vicente

Livraria “Semente”

O Poder do Agora - Eckhart Tolle – Pergaminho

A morte da competência - Tom Nichols – Quetzal

A reconexão - Eric Pearl – Albatroz

O livro do porquê - Judea Pearl e Dana Mackenzie – Temas e Debates

O meu pé de laranja lima - José Mauro de Vasconcelos – Fábula .

Livraria “IBNL”

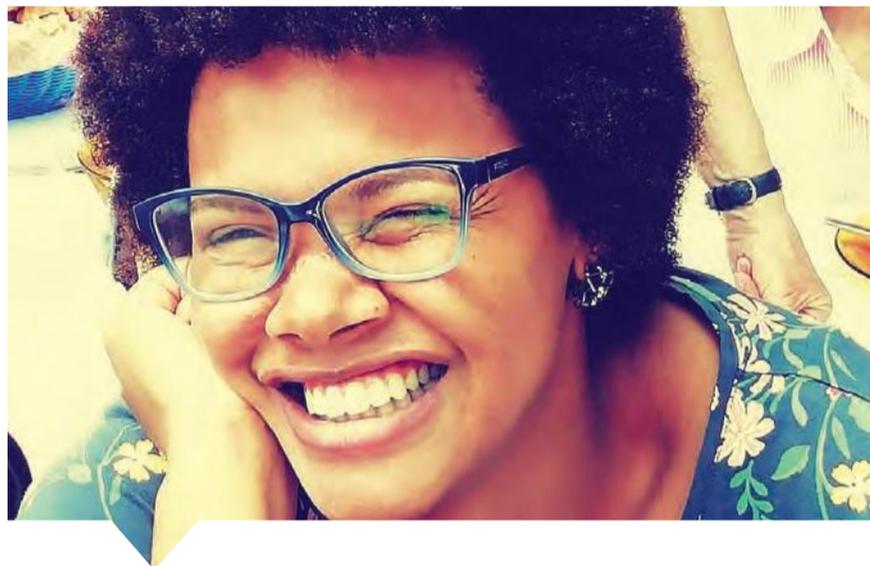
Famintos, Luís Romano – Nova Aurora

Último Mugido, Germano Almeida – Caminho

Flagelados do Vento Leste, Manuel Lopes – Nova Vega

Chuva Braba, Manuel Lopes – Caminho

Chiquinho - Baltasar Lopes da Silva – Vega



Lourdes Fortes, jornalista (São Vicente)

Estou a ler “O Cônsul Honorário”, um dos livros mais famosos de Graham Greene e aquele que o próprio autor considerava como o seu melhor romance e simultaneamente o que mais lhe custou escrever. A obra tem como cenário uma cidade da Argentina, mas o pano de fundo é ocupado pela ditadura do general Alfredo Stroessner,

que governou o Paraguai durante 35 anos. Tal como todos os livros de Greene, “O Cônsul Honorário” é um romance de acção, de espionagem e, acima de tudo, um drama moral.

Quanto à música, depende do momento. Esta semana, o destaque vai pra “Assobia para o lado”, de Carlão.



Hélder Cardoso, artista plástico (Praia)

Neste momento estou a ler “Bokafumo”, de José Pereira. O livro fala da história de superação do autor em relação as drogas. No geral gosto de livros e documentários que passam mensagens de superação e inspiração. No que diz respeito à música, gosto de músicas tradicionais de Cabo Verde, mas depende muito do momento, não tenho um estilo pré-definido. Nas últimas semanas, por exemplo, estava a ouvir Orlando Pantera, por causa de um projecto no qual estava envolvido sobre o músico e compositor, pois ajuda no processo criativo.



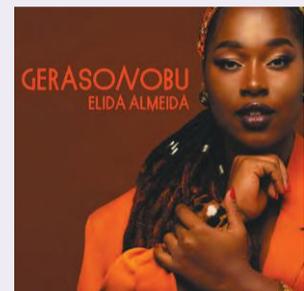
Patrícia Fernandes, estudante universitária (Lisboa)

Recentemente tenho-me interessado por livros que relatam crimes reais que aconteceram nos anos 60. O último que li foi “A sangue frio”, do roteirista e dramaturgo americano Truman Capote. Retrata o massacre de uma família, na época considerado um crime encomendado devido a uma obsessão por um cofre que, entretanto, nunca foi encontrado. Foi uma leitura agradável, mas gosto de mais ainda de ficção histórica e científica. No que toca a música, o meu gosto é muito abrangente. Desde jazz, R&B, reggae e morna. Ultimamente tenho ouvido Skip Marley, Stormzy e Alicia Keys. Sou grande fã de Ildo Lobo.

MÚSICA

Praia

Nhô Eugénio



Gerason Nobu – Elida Almeida

Herança – Lura

Best of – Cesária Évora

Lovely Difficult – Mayra Andrade

Mário Lucio em 80 músicas

São Vicente

Art D’Kretxeu



Miss Perfumado – Cesária Évora

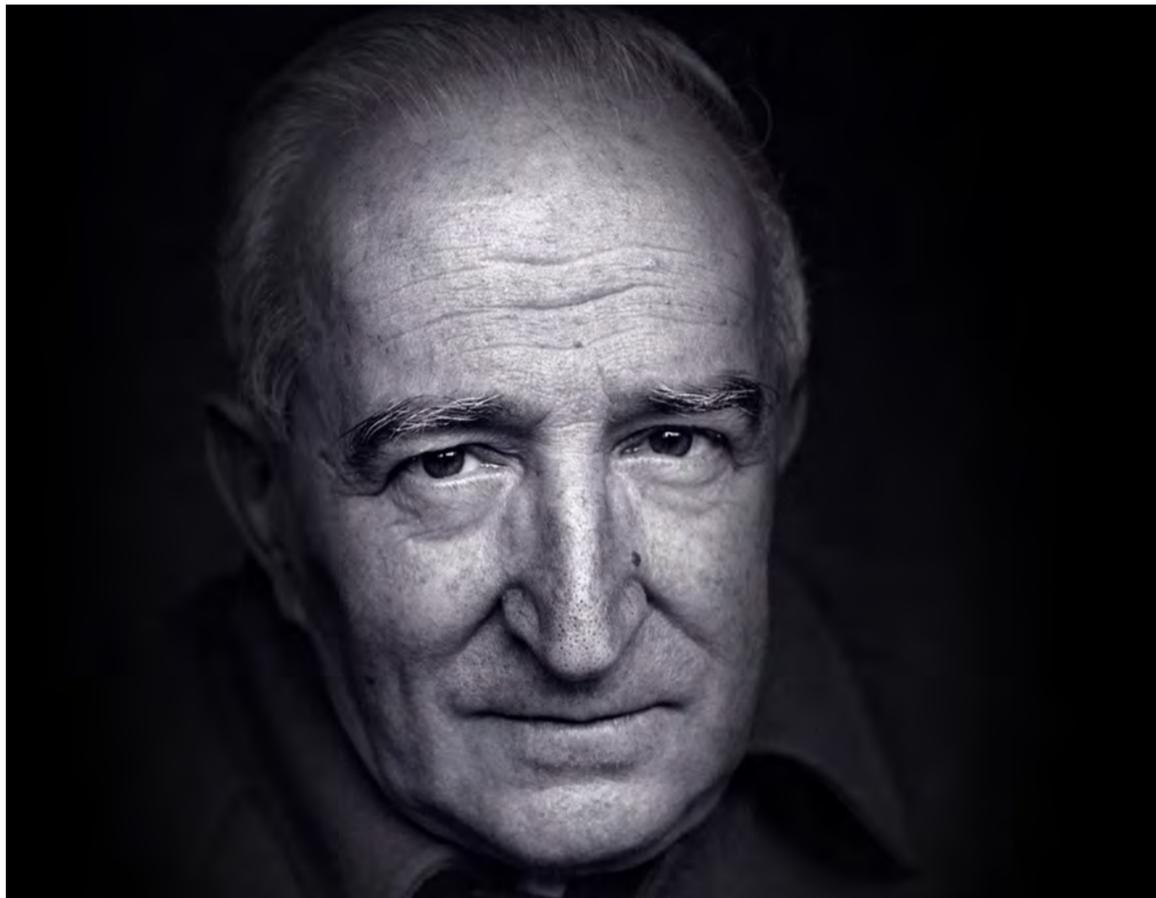
Folclore - Cremilda Medina

Compilação Mornas de Cabo Verde

Badia di Fogo – Neusa

Eduardo Lourenço, 1923-2020

Lusofonia perde um farol



Na altura em que esteve em Cabo Verde Eduardo Lourenço ainda não era a “estrela” consagrada que viria a se tornar, principalmente em França, embora já fosse um nome respeitado por quem estava minimamente por dentro da produção intelectual portuguesa.

Os seus escritos, na imprensa e noutros meios, eram de leitura obrigatória, apesar de nem sempre fáceis de compreender. Eram, na maioria dos vezes, mistura de ensaísmo literário, com filosofia, política e jornalismo. No fundo todos os rios do pensamento estavam na escrita de Eduardo Lourenço, o que faz dele um caso único em Portugal.

Do labirinto português ao labirinto europeu

Além de se interrogar sobre os aspectos da identidade do seu país, tema principal do seu celebrado ensaio “O Labirinto da Solidão”, Lourenço alarga, com os anos, o seu pensamento ao conjunto da Europa, inscrevendo o seu nome nesse espaço, o que acabou por torna-lo o mais importante pensador português do nosso tempo.

Na entrevista que concedeu ao jornal “Voz di Povo” em Março de 1989 (nº791), meses antes da queda do muro de Berlim e inserta no livro de “A explicação do mundo”, de José Vicente Lopes, explica que o “labirinto” deixara de ser interior, para ser “um labirinto que diz respeito ao espaço europeu inteiro”.

“Cada país agora se interroga qual é o seu destino no interior dessa coisa (União Europeia), que ainda não tem uma identidade, que não é uma verdadeira nação nem sequer uma federação como os EUA, e que nós chamamos Europa. Esse é o problema: saber qual vai ser o nosso lugar, quais são as tarefas específicas de cada um dos países ou, pelo menos, qual é o papel que lhes cabe na distri-

buição das forças económicas e financeiras da Europa”.

Daquele seu primeiro e único contacto com a “realidade” cabo-verdiana Eduardo Lourenço confessou: “Não tive neste meu contacto com Cabo Verde nenhum sentimento de estranheza, como experimentei ao chegar ao Brasil, por exemplo. Independentemente do facto de ser uma nação, cuja população é de maioria de origem africana, a sua maneira de ser deu-me a impressão de que estava na Beira ou num sítio português, meu conhecido”.

Além da história comum, os laços de consanguinidade,

Portugal e Cabo Verde, segundo Lourenço, possuíam várias afinidades, a começar pelo facto de serem ambas nações marcadas pela emigração, cujos povos, ao procurarem o mundo noutras paragens, “são obrigados a definir-se em relação aos outros”. E exemplifica: “Os cabo-verdianos tornam-se mais cabo-verdianos quando vão para Portugal do que quando estão aqui, uma vez que não precisam de se definir em relação a ninguém, se não a eles próprios”.

Professor, filósofo, escritor, crítico literário, ensaísta, interventor cívico, Eduardo Louren-

ço foi um dos pensadores mais proeminentes da cultura portuguesa. Com a sua morte, sem dúvida, Portugal perde o seu último grande pensador. Para muitos, o ensaísmo português nunca mais será o mesmo.

Dono de uma vasta bibliografia, a excelência da sua produção reside nos estudos que dedicou à literatura: Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista (1968), Fernando Pessoa Revisitado. Leitura Estruturante do Drama em Gente (1973), Tempo e Poesia (1974), Poesia e Metafísica. Camões, Antero, Pessoa (1983), Fernando, Rei da Nossa Baviera (1986) ou O Can-

to do Signo (2017).

Sobre a vida portuguesa, nomeadamente a política, coligiu também títulos como O Fascismo nunca Existiu (1976), O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português (1978), O Complexo de Marx ou o Fim do Desafio Português (1979), Cultura e Política na Época Marcelista (1996) e Do Colonialismo como Nosso Impensado (2014).

Narrador de si próprio

Em 2018, Eduardo Lourenço foi protagonista e narrador da sua própria história, num filme de Miguel Gonçalves Mendes, que teve ante-estreia a 23 de Maio, dia em que Eduardo Lourenço completou 95 anos. Intitulado “O Labirinto da Saudade”, o filme traça uma viagem através da cabeça do pensador português, constituindo-se como uma “homenagem em vida” do realizador ao ensaísta.

Quando fez 95 anos, Eduardo Lourenço confessou, em entrevista à Lusa, que era “difícil assumir” o aniversário, porque sabia que era “o princípio do fim”, mas que não o encarava “como uma coisa trágica”, porque “todos estamos confrontados com essa exigência”.

“A tragédia já é, em si, nós não poderemos escapar àquilo que nos espera, seria uma injustiça para todas as outras pessoas, que eram os nossos e que já morreram, que nós não fôssemos capazes de suportar aquilo que eles suportaram quando chegou o fim deles”, afirmou. “É ir para a morte como se todos aqueles que nos conheceram e nós amamos estivessem connosco”.

Portugal perdeu um grande pensador. Prémio Camões e Prémio Pessoa, entre inúmeras outras distinções, a lusofonia, enquanto espaço comunitário de países e povos que têm o português como língua comum, perdeu também um importante farol. 

OBITUÁRIO

É dado hoje à terra, em Portugal, o corpo do ensaísta Eduardo Lourenço, autor de “O Labirinto da Solidão” e de vários outros livros que ajudam a compreender a alma portuguesa, a sua aventura colonial e existencial. Tinha 97 anos. Crítico do salazarismo e do colonialismo, Lourenço esteve em Cabo Verde em 1989.

A Nação/Lusa

CULTURA

A voz de “Bo é Nha Mor”

Bela prepara regresso à música após 13 anos

MÚSICA

Fez sucesso no início dos anos 2000 e viveu cinco anos de uma carreira promissora. Porém, problemas pessoais e de saúde obrigaram-na a uma pausa, que se estendeu por 13 anos. Com saudades dos tempos de palco, Bela está pronta para soltar novamente a voz de grandes hits como “Bo é Nha Mor” e “Perdida”.

Natalina Andrade

Durante o mês de Novembro decorreu a campanha “Ajuda Bela a se relançar no mundo da música”, promovida pela filha da artista, Eveline, e lançada na plataforma Gofundme. Como o nome já dizia, a acção tinha por objectivo reunir fundos para trazer Bela de volta aos palcos e aos estúdios.

A meta era angariar seis mil euros, montante necessário para a gravação de duas músicas e respectivos videoclipes. A campanha não chegou a alcançar a metade deste valor. Ainda assim, a cantora já tem viagem marcada para Portugal, onde deve iniciar os trabalhos para o seu retorno à música.

Bela também já conta com o apoio de alguns colegas do ramo, como é o caso de Garry, seu conterrâneo.

“Assim que lançámos a campanha, Garry entrou em contacto comigo e ofereceu uma música pronta, apenas para colocar a minha voz e fazer o videoclipe. Foi um gesto muito bonito, pela qual sou imensamente grata”, expressou a artista, em entrevista ao A NAÇÃO.

Novo despertar

Após este interregno de 13 anos, Bela diz-se determinada a retomar e seguir a sua carreira.

“Conseguí voltar a olhar para mim e ver que a música faz parte da minha vida”, avança, enaltecendo o suporte da mãe e especialmente da filha, que tem sido uma grande impulsionadora deste retorno.

Para trazê-la novamente para a memória dos seus fãs, Beliana Evy começou a promover vídeos em directo no Facebook, onde ela e a mãe cantam temas autorais e de outros artistas de Cabo Verde.

“Estávamos ainda no primeiro confinamento na Fran-



Bela, à direita, e sua filha, Eveline

ça. As pessoas começaram a gostar e a pedir mais vídeos. Foi daí que partiu a ideia da campanha e, embora ela tenha terminado, pretendemos seguir com os vídeos, pois é uma forma de mostrar que o artis-

ta não se faz apenas no palco”, sublinha.

Kizomba e Funaná em primeiro lugar

Para já, Bela não pretende

gravar um disco. O objectivo é investir em singles e projectar futuros concertos, quando o mundo voltar à normalidade, pós-covid-19. Para já, Kizomba e Funaná são os seus ritmos de eleição.

“Há uns anos, os estilos de Kizomba e Zouk Love estavam diferentes. Logicamente que agora tenho de me adaptar, mudar um pouco o estilo, pois o artista canta para os fãs, para o público. Mas será algo que eu vou fazer com muito gosto”, perspectiva, avançando que já tem uma música gravada, que nunca foi lançada no mercado e que deve ser o pontapé de saída, com videoclipe novo.

Ela também não tenciona compor as suas próprias músicas. “Não quero cantar letras escritas por mim, mas por artistas que têm estado mais activos no meio. Acho que é melhor começar desta forma”, explica.

Para além dos estilos citados, Bela não descarta os ritmos do Afrobeat e Abro House.

Quem é Bela?

Bela é natural do concelho de Tarrafal de Santiago. Começou a cantar aos seis anos, mas foi a partir de 2002 que a sua carreira decolou, após o lançamento do seu primeiro single, “Bo é nha mor”.

Segundo conta, foi esta a música responsável por projectar o seu nome, dentro e fora de Cabo Verde, e que serviu como fonte de conhecimento, aprendizado e reconhecimento.

Depois seguiram-se “Destino” e “Faz amor comigo” no mesmo ano, antes de, em 2003, gravar o primeiro álbum a solo: “Nha meigo”.

Entretanto, depois deste álbum a sua actuação na música ficou limitada a alguns festivais. “Por fim veio um problema de saúde e me afastou completamente dos palcos. Fiz o meu último show em 2013, no Tarrafal”, recorda.

A artista está agora pronta para retomar o seu lugar na música, cantar e encantar Cabo Verde e o mundo uma vez mais. ✨



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.



Arsênio Fermينو de Pina*

Factos, ideias e perspectivas interessantes na evolução do ser humano (2)

As hierarquias com a estratificação da sociedade em que as posições principais (sacerdotes e guerreiros) ocupavam o topo, e as outras, viviam como criados e escravos, foi uma consequência da riqueza, da espartez e ganância de alguns. Se se quiser manter qualquer grupo humano isolado – mulheres, negros, índios, ciganos, judeus – a forma mais eficaz a adoptar é convencer toda a gente de que essas pessoas são uma fonte de contaminação. Na Índia, por exemplo, temos as castas. Os teólogos inventaram que os negros eram descendentes de Cam, filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por ter olhado para ele quando, devido a uma bebida, tinha tirado a roupa, ficando nu, eram menos inteligentes do que os brancos, e alguns médicos alegaram que os negros viviam na imundice espalhando doenças, isto é, eram uma fonte de contaminação, tudo isso produto de preconceitos e ignorância dessas pessoas. Nós que tanto admiramos a civilização democrática grega, desconhecemos que no século V a.C., uma mulher não tinha estatuto legal independente, estando proibida de participar em assembleias populares ou de ser juiz.

Utiliza-se, bastas vezes, a biologia e a cultura para justificar comportamentos. “A biologia permite e a cultura proíbe”, é uma regra de longa data. A biologia está disposta a tolerar muitas possibilidades, a cultura obriga as pessoas a tomarem certas posições e a proibirem outras. A cultura tende a afirmar que apenas proíbe o que não é natural. O que é possível, também é, por definição, cultural. Em verdade, os nossos conceitos de “natural” e de “não natural” não provêm da biologia, mas da teologia. O significado teológico de “natural” é “de acordo com as intenções de Deus”, criador da Natureza, o que não é válido para os não crentes.

Estamos formatados desde o nascimento a certos mitos e ficções, o que nos leva a criar instintos artificiais que permitem que milhões de estranhos cooperem com eficácia. A essa rede de instintos artificiais, chama-se cultura. Como cada povo tem os seus mitos, ficções e instintos artifi-

ciais, obviamente que a nossa cultura própria é algo diferente da de outros povos. A igualdade e liberdade propalada pela Revolução Francesa, em 1789, foram consideradas valores fundamentais, embora sejam valores que se contradizem mutuamente. A igualdade só pode ser assegurada mediante a restrição da liberdade dos mais abastados e poderosos. Garantir que todos os indivíduos sejam livres de fazer o que lhes der na veneta adultera inevitavelmente a igualdade. É possível analisar toda a história política do mundo desde 1789 como uma série de tentativa para reconciliar esta contradição. Quando se dá prioridade às liberdades individuais, aumenta a pobreza dos que trabalham, e quando se prioriza a igualdade, como nos regimes comunistas, prevalece a tirania com o controlo de todos os aspectos da vida quotidiana. Temos exemplos disso nos livros de Charles Dickens, Soljenitsin e George Orwell. O nosso patrício Casimiro de Pina também explica isso com muita clareza.

O dinheiro em moeda e papel surgiu já tardiamente na vida dos que fizeram a Revolução Agrícola. Os búzios foram usados como dinheiro durante cerca de 4.000 anos por toda a África, Ásia Meridional, Oriental e Oceânia. O dinheiro é o mais universal e eficiente dos sistemas de confiança mútua alguma vez criada. O primeiro dinheiro conhecido da história foi a cevada, surgida na Suméria por volta de 3.000 a.C., ao mesmo tempo que a escrita. 1.500 anos depois a cevada foi substituída pelo Shekel de prata. Os pesos padronizados de certos metais preciosos acabaram por dar origem às moedas. O poder do imperador tinha por base o Denário. O termo “denário” tornou-se o nome oficial das moedas na Jordânia, Iraque, Sérvia e Tunísia.

Por altura da viagem de Vasco da Gama à Índia havia cerca de 500 milhões de Homo sapiens no mundo. A ignorância das pessoas relativamente às doenças e outros assuntos era enorme. Muitos continentes e ilhas eram, desconhecidos bem como a existência de muitos de animais, plantas, micróbios, vitaminas; as doenças eram atribuídas a castigos divinos de pecados. Somente em

1674 é que Leeuwenhoek viu, ao microscópio que inventou, um micro-organismo numa gota de água. Por essa razão, mais de metade das tripulações das caravelas morria durante as longas viagens de uma doença intrigante que levava à perda de dentes, inflamação da mucosa da boca, edema e morte, o escorbuto, cuja causa, afinal, era, falta de vitamina C na alimentação que tinham, à base de carne e peixe secos salgados, biscoitos e bolachas. Somente em 1747 é que se descobriu a sua causa, pelo médico James Lind.

Admire-se o progresso do último século, quanto à tecnologia e descobertas como a de engenheiros genéticos que conseguiram, recentemente, aumentar em seis vezes a esperança de vida das minhocas *Caenorhabditis elegans*, o que nos anima a pensar que algo semelhante pode ser atingido connosco no futuro!

Ter em conta que muitas dessas viagens levavam a bordo investigadores que iam observando, descrevendo o que iam observando e sugerindo interpretações e hipóteses. Foi assim que Darwin foi parar às ilhas Galápagos, tinha ele vinte e poucos anos, e o português, de origem judaica, Garcia de Orta, foi à Índia, como médico de um oficial, e estudou as plantas medicinais, produzindo o livro “Colóquios Simples”, em 1563, sobre “as drogas e coisas medicinais da Índia”. Além das indescritíveis infâmias cometidas pelos europeus nessas paragens, há que assinalar alguns benefícios ligados a descobertas médicas e farmacêuticas, construção de linhas férreas, urbanizações modernas, descoberta de civilizações antigas no Médio Oriente, etc. A acção dos espanhóis na América do Sul e Central foi das piores dos imperialistas, descrita noutros artigos, bem como dos europeus na América do Norte, onde a população indígena – os “índios” que vemos nos filmes de cow boys – foram dizimados e alguns exemplares confinados a reservas. Foram chamados “índios” por Colombo se ter convencido ter chegado à Índia viajando para Oeste; chamados “índios” por Colombo se ter convencido ter chegado à Índia pelo Ocidente.

De assinalar que algumas das famosas companhias marítimas que se lançaram no comércio e descobertas, sobretudo inglesas e holandesas, não eram estatais mas privadas, tendo contribuído para o robustecimento do capitalismo com as riquezas em ouro, prata, especiarias, matérias-primas e até escravos das terras descobertas, algumas compradas ao preço da chuva, mas a maioria roubada, terras, mais tarde, nacionalizadas pelos Estados e convertidas em colónias. O capitalismo foi decisivo, não somente na ascensão da ciência como também no surgimento do imperialismo europeu e na criação do crédito capitalista. Desde os bons resultados do crédito, os reis passaram a integrar os capitalistas na governação, o que permitiu a valorização do crédito sobre os impostos, vindo depois a criar-se o sistema de companhia de responsabilidade limitada, com vários credores, em vez de ser um único – sociedades por quota e comércio de acções. A mais famosa sociedade por acções holandesa, a VOC, foi registada em 1602. Foi dinheiro da VOC que permitiu a conquista da Indonésia, e, outra semelhante, a WIC, Nova York. O continente indiano foi conquistado, não pelo Estado britânico, mas por um exército mercenário da Companhia das Índias Orientais Britânicas. Claro que, mais tarde, tanto a Indonésia como a Índia foram, respectivamente, nacionalizadas em 1800 e 1858 e convertidas em colónias.

Em 1840, a Grã-Bretanha declarou guerra à China, em nome do “comércio livre”, isso para impor a venda livre de ópio, a que a China se opunha. Pelo seu poder em armas e naval, a Grã-Bretanha dominou facilmente a China, Exigiram, e conseguiram, o controlo sobre Hong Kong, de onde controlavam o negócio da droga. Esse controlo de Hong Kong durou até 1997. No final do século XIX, cerca de 40 milhões de chineses – um décimo da sua população – estavam viciados em ópio. Também o Egipto esteve sob controlo inglês até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Estes poucos exemplos dão-nos uma ténue medida dos abusos da força dos europeus.

A Revolução Industrial e a descoberta de novas fontes de energia, que podiam substituir a dos músculos dos seres humanos – o motor a vapor e de explosão -, após a utilização do petróleo e da electricidade, vieram a dar mais força ao capitalismo e enriquecer ainda mais os capitalistas

A fé no mercado livre é uma crença igual à do Pai Natal, quando extrema. O recurso económico mais importante é a confiança no futuro, e este recurso está sob a constante ameaça de ladrões e charlatães. Os mercados por si só não oferecem qualquer protecção contra a fraude, o roubo, o cartel e a violência.

O tráfico de escravos, por exemplo, não era controlado por qualquer Estado ou Governo. Tratou-se de um empreendimento puramente privado, organizado e financiado pelo mercado livre, de acordo com as leis da oferta e da procura. Graças ao seu fabuloso lucro, as empresas compravam navios, contratavam marinheiros, soldados e comandantes, compravam escravos em África e transportavam-nos, como gado, para a América, vendendo-os aos donos das plantações de cana de açúcar, algodão e café.

O século XIX não trouxe qualquer melhoria em termos de ética do capitalismo. A Revolução Industrial enriqueceu os banqueiros e os donos do capital, mas condenou milhões de trabalhadores a uma vida de pobreza abjecta. Nas colónias as coisas eram muito piores. Em 1876, o rei Leopoldo II da Bélgica, simulando a criação de uma organização humanitária não governamental, apoderou-se do Congo, enchendo-se de dinheiro na exploração da colónia, levando à morte de cerca de 20% da sua população.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o credo capitalista, bem tolerado e até justificado pelo cristianismo, passou a ser controlado, em grande parte graças ao medo do comunismo.

A Revolução Industrial e a descoberta de novas fontes de energia, que podiam substituir a dos músculos dos seres humanos – o motor a vapor e de explosão –, após a utilização do petróleo e da electricidade, vieram a dar mais força ao capitalismo e enriquecer ainda mais os capitalistas. A Grã-Bretanha tornou-se a fábrica do mundo. As descobertas científicas levaram a que a humanidade inventasse matérias-primas completamente novas, como o plástico, o silicone e o alumínio. Estas duas últimas eram conhecidas, mas difíceis de extrair, a

ponto de o alumínio, por ser tão raro puro, Napoleão III ter mandado fazer talheres de alumínio reservados a convidados muito especiais.

No mundo actual, de abundância mal distribuída, um dos problemas mais bicudos é a obesidade, que aflige os mais pobres, que se empanuram com pizzas e hamburguers, a chamada comida de plástico, para os sete biliões de pessoas que habitam a Terra, quando, em 1700, eramos 700 milhões, em 1800, 950 milhões e em 1900, 1,6 mil milhões.

Como vimos, uma comunidade imaginada é um grupo de pessoas que não se conhecem, mas que acreditam conhecer-se: reinos, impérios, igrejas; funcionou durante milénios como comunidades imaginadas, inventadas pelo homem. Os dois exemplos mais importantes para a ascensão entre comunidades imaginadas são a nação e a massa de consumidores. A nação politicamente organizada chama-se Estado, e a massa de consumidores, mercado. A constituição de Estado como conhecemos actualmente na Europa levou bastante tempo, e nos outros continentes foram os europeus a delimitar as fronteiras dos Estados, arbitrariamente, na maioria dos casos.

O interesse e beleza da Teoria de Evolução de Darwin é não precisar de se presumir a criatividade de um Criador Inteligente para explicar como as girafas acabaram por ficar com pescoços compridos. A selecção natural chega-nos para isso associada a incorporação de códigos genéticos de outras espécies como acontece com as bactérias que ganham resistência aos antibióticos roubando-a a outras bactérias. Havendo genes, as mutações, aparentemente espontâneas ou provocadas, podem dar origem a seres distintos.

Até há pouco tempo essas mutações eram o resultado da selecção natural. A grande Revolução Científica ou biológica já é uma realidade provocada pelo homem. Duas experiências célebres: criação de um coelho fluorescente com a implantação do ADN extraído de uma alforreca verde-fluorescente, e implantação de uma ore-

lha no dorso de um rato, o que irá permitir, num futuro breve, que os cientistas produzam orelhas artificiais e outros tecidos e órgãos que poderão permitir serem implantados em seres humanos. Alguns mamíferos foram igualmente alvo da engenharia genética; actualmente, os cientistas estão a conduzir experiências com vacas geneticamente modificadas cujo leite contém lisostafina, um produto que ataca a bactéria que provoca mastite (inflamação das tetas); na suinicultura introduzem um gene que transforma o ácido gordo Omega 6 em Omega 3, mais saudável, melhorando, portanto, a qualidade da banha e do bacon.

Todas esses avanços científicos poderão vir a ser favoráveis à Medicina na prevenção, diagnóstico e tratamento de malformações e doenças e até no prolongamento de vida saudável do ser humano.

A Revolução Científica da Biologia é capaz de ressuscitar criaturas extintas como o Neandertal e o mamute e outros seres que desapareceram há milénios, conservados no gelo na Sibéria e Polo Norte. Outra possibilidade é a nova tecnologia Ciborgue, que conjuga componentes orgânicos e inorgânicos, sem falar na inteligência artificial cujo projecto recebeu da U.E. um financiamento de mil milhões de euros. Será que o sapiens se transformou em Homo deus? Se os físicos definem o Big Bang como uma singularidade, isto é, um ponto em que todas as leis da Natureza conhecidas não existiam, também não existia o tempo. Por isso, é inútil dizer que existia algo “antes”. Há 70.000 anos, o Homo sapiens era um animal insignificante que fazia a sua vida num recanto da África. Nos milénios seguintes transformou-se no senhor do mundo inteiro e num dos flagelos do ecossistema. Hoje está prestes a tornar-se num deus, preparado para conquistar não só a juventude eterna como também as capacidades divinas de criação e destruição, como nos diz Noah Harari.

Parede, Novembro de 2020
*(Pediatria e sócio honorário da Adec)



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidada - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e quatro de Setembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e três**, a folhas **setenta e sete a setenta e oito**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Adelino da Veiga**, falecida no dia dezassete de Junho de dois mil e dezanove, na localidade de Pinha dos Engenhos, freguesia e concelho de Santa Catarina, com sua última residência na mesma localidade, no estado de casado com Gregória Moreira, sob regime de comunhão geral de bens. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Carlos Moreira da Veiga**, divorciado, residente em França; **b) - Domingos Moreira da Veiga**, solteiro, maior, residente em Pinha dos Engenhos; **c) - Maria Hermínia Moreira da Veiga**, solteira, maior, residente em França; **d) - Nelson Moreira da Veiga**, solteiro, maior, residente em Pinha dos En-

genhos. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Adelino da Veiga**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e nove de Setembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 3398/2020


A Notária,
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA
Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira / Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretária 6933/ e-mail Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **dezanove a vinte**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Domingos de Sousa Furtado**, falecido em vinte e nove de Setembro de dois mil e dezanove, em Pingo Chuva, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Amélia Sanches Pereira, sob regime de comunhão geral de bens. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Luísa Pereira Furtado**, viúva, residente em Portugal; **b) - Belmiro Pereira de Sousa Furtado**, casado com Maria Ressurreição Varela Fernandes, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **c) - António Pereira Furtado**, casado com Ana Mafalda de Pina Furtado, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em França; **d) - Maria Celina Pereira Furtado**, solteira, maior, residente em Pingo Chuva; **e) - Maria**

Elisabete Pereira Furtado, solteira, maior, residente em Pingo Chuva; **f) - José Adriano Pereira Furtado**, solteiro, maior, residente em Portugal; **g) - José Miguel Pereira Furtado**, solteiro, maior, residente em Pingo Chuva; Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram ao indicado herdeiro, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Domingos Sousa Furtado**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 4024/2020


A Notária,
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA
Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada - Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretária 6933/ e-mail Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e três**, a folhas **sessenta e seis a sessenta e sete**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Benvinda Josefa Furtado**, falecida no dia catorze de Julho de dois mil e sete, no Hospital de Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência nesta cidade de Assomada, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de casada com António Sanches de Brito, sob regime de comunhão geral de bens.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - João Mendes de Brito**, casado com Ana Maria Martins da Veiga de Brito, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Nhagar; **b) - Maria de Lourdes Furtado de Brito**, solteira, maior, residente em Nhagar; **c) - José António Furtado de Brito**, casado com Amélia Borges Furtado de Brito, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Nhagar; **d) - Maria da Conceição Furtado de Brito**, solteira, maior, residente em Florinda, Estados Unidos da América; **e) - Avelino**

Furtado de Brito, casado com Marlene de Jesus Furtado Tavares de Brito, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça; **f) - Maria de Fátima Furtado de Brito**, casado com Jorge Varela Ribeiro, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Benvinda Josefa Furtado**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 3350/2020


A Notária,
Jandira dos Santos Cardoso Vieira

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE SANTA CATARINA Notária: Jandira dos Santos Cardoso Vieira Palácio de Justiça, rés-do-chão direito, Av. Da Liberdade, Assomada - Cabo Verde (Telefone Voip Notária - 6932/ Secretária 6933/ e-mail Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 29.10.2020, de folhas 36 a 37 do livro de notas para escritura diversa número 244, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Armindo de Almeida Cardoso**, nos termos seguintes:

Que no dia onze do mês de maio do ano dois mil e catorze, na freguesia de Avenidas Novas, concelho de, Lisboa, Portugal, faleceu **Armindo de Almeida Cardoso**, no estado civil de casado com Juliana Tavares, maior, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho de Tarrafal, filho de José de Almeida Cardoso, e que teve a sua última residência habitual em Seixal, Portugal.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos:

Ana Sofia Tavares Cardoso, maior, solteira, natural de Portugal, residente em Portugal;

Dulce Helena Tavares Cardoso, maior, solteira, natural de Portugal, residente em Inglaterra;

José Martino Cardoso, maior, casado com Rosa Lopes, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em Portugal;

Celestino Monteiro Almeida Cardoso, maior, solteiro, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em Inglaterra;

Alcides Tavares Almeida Cardoso, maior, solteiro, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em Portugal;

Irene Tavares Almeida Cardoso, maior, casada com António Sanches Martins, natural da freguesia de São Nicolau Tolentino, concelho de São Domingos, residente em Portugal.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 29 de outubro de 2020.

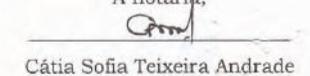
CONTA: 244882/2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária,


Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112

Para um mundo assente na igualdade de género: uma missão para todos



Josep Borrell* e Jutta Urpilainen**

No início de 2020, Awa acabara de completar 15 anos quando soube que o seu casamento estava a ser arranjado. Evitá-lo parecia difícil, mas Awa teve a coragem de desafiar a decisão de seu pai. Na sua pequena aldeia do Mali existia um comité para a prevenção do casamento precoce e ela apresentou o seu caso. Este grupo de pessoas respeitadas apresentou ao pai de Awa todos os argumentos contra o casamento precoce e conseguiu convencê-lo. É para ajudar raparigas como Awa que a União Europeia apoia esse comité e muitos outros projetos neste domínio em todo o mundo.

O nosso objetivo, enquanto UE, é que todas as pessoas tenham o mesmo poder para configurar a sociedade e as suas próprias vidas. É isso que dizemos, preto no branco, no nosso terceiro Plano de Ação sobre o Género, adotado em 24 de novembro, no qual se apela a um mundo assente na igualdade de género. Agora, devido ao revés significativo que a COVID19 veio impor aos trabalhos sobre igualdade de género a nível mundial, e num contexto em que as organizações da sociedade civil, inclusive as organizações de mulheres e de pessoas LGBTIQ, se veem confrontadas com uma retração do espaço cívico e democrático, é mais importante do que nunca intensificar a construção de um mundo assente na igualdade de género.

A história de Awa é semelhante à de muitas raparigas em todo o mundo que conseguem assumir o controlo das suas vidas e lutar contra as desigualdades e a discriminação em razão do género. Elas têm voz, são o motor da mudança e têm a União Europeia a seu lado para as apoiar. Porque os direitos das mulheres são direitos humanos

e porque a igualdade de género é um valor não negociável da UE que deve refletir-se na ação externa da União e na conceção de todos os seus programas de desenvolvimento.

É com o apoio da UE que Tufahah Amin, Aziza AlHassi e Amine Kashrouda desenvolveram uma aplicação de educação em linha em Bengási. E que a Plataforma Mulheres de Gaziantep foi lançada no ano passado para ajudar mais mulheres a participar no processo político da Síria. É no quadro da iniciativa Digital2Equal para as plataformas em linha, apoiada pela UE, que 15 000 mulheres na Índia irão receber formação no domínio da hotelaria e da restauração e poderão melhorar os seus rendimentos.

Os desafios em matéria de igualdade de género são tão variados como os contextos nos quais eles emergem e requerem respostas específicas ao contexto, quer através de instâncias multilaterais, de diálogos com países parceiros sobre propostas políticas da UE ou do financiamento de projetos concretos. Através dos nossos programas em matéria de educação, queremos ajudar mais raparigas a participar, a aprender e a pensar em si próprias como futuros motores da mudança. Acreditamos que a educação é também uma das formas mais poderosas de pôr fim ao isolamento e aos abusos, porque sem autossuficiência económica não existem possibilidades de saída. Estamos a defender a noção de segurança humana e a integrar a igualdade de género nos nossos programas de formação para as operações da UE no domínio da gestão de crises, como por exemplo no programa EUCAP Sael Mali para as forças de segurança interna (Missão da União Europeia de Reforço das Capacida-

des).

Durante a pandemia de COVID19, o nível de violência de género aumentou significativamente e a UE associou-se às Nações Unidas para oferecer abrigos e linhas de apoio, e para prestar apoio vital às organizações de base das mulheres. As medidas adaptadas ao género e à idade e a atenuação dos riscos de violência de género fazem parte do ADN da nossa resposta global da Equipa Europa ao surto de COVID19. Todavia, para além da ação imediata, temos de continuar a estar conscientes dos desafios que as mulheres enfrentam no contexto de um mercado de trabalho em contração e de uma economia mundial em mutação. Mas os desafios também trazem oportunidades. Celebramos o facto de as mulheres e as raparigas participarem cada vez mais na configuração de transformações a nível mundial, com a participação ativa das novas gerações nos movimentos de base em prol de uma transição ecológica e justa, da igualdade de direitos para todos e de sociedades pacíficas e inclusivas. A mudança positiva é possível e a recuperação pósCOVID19 tem de ser uma oportunidade para dar resposta às desigualdades estruturais e construir sociedades mais inclusivas. É fundamental salientar o papel das mulheres nas transições ecológica e digital que se avizinham.

Ainda são necessárias mudanças. Faz este ano 25 anos que foi adotada a Declaração de Pequim sobre os direitos das mulheres e 20 anos que foi adotada a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, a paz e a segurança. Embora, desde então, tenham sido realizados progressos, nenhum país do mundo está no bom caminho para alcançar

a igualdade de género até 2030. Nem mesmo a Europa, tal como revelou a recente atualização do índice de igualdade de género do Instituto Europeu para a Igualdade de Género. Há ainda demasiadas mulheres que não têm acesso a recursos e a serviços sociais essenciais, nem têm o mesmo poder que os homens. O apelo a mais ações é pois urgente.

O Plano de Ação da UE sobre o Género não é um exercício teórico. É um apelo à ação, com medidas concretas. Queremos capacitar mais mulheres e raparigas, em toda a sua diversidade, para serem agentes e líderes económicos, políticos ou ambientais. Queremos continuar a integrar as mulheres, a paz e a segurança na agenda mais vasta para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Queremos promover a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e fazer da liderança sensível ao género a norma nas instituições da UE, dando o exemplo.

Acreditamos que a igualdade de género merece ser colocada no centro das políticas europeias. Não só porque um mundo justo e inclusivo assente na igualdade de género é um mundo mais próspero e mais seguro para todos e todas nós, mas também porque consideramos que a igualdade de género é um objetivo de pleno direito e uma missão para a Europa, tanto no nosso país como no estrangeiro.

*Josep Borell é o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente responsável por Uma Europa mais Forte no Mundo; e

**Jutta Urpilainen é Comissária Europeia responsável por Parcerias Internacionais.

Bruxelas, 25 de Novembro de 2020

Os desafios em matéria de igualdade de género são tão variados como os contextos nos quais eles emergem e requerem respostas específicas ao contexto, quer através de instâncias multilaterais, de diálogos com países parceiros sobre propostas políticas da UE ou do financiamento de projetos concretos

OPINIÃO



Marciano Moreira*

Toma gratifikason!

Nu ben konta partis

Un bes, tenba un mos trosentu. Se nominhu era Ze Txixarinhu.

Na bairu di Ze Txixarinhu, tenba un segu ku obidu apuradisimu – el ta obiba kuzas ki pesoas normal ka ta obiba. Es segu txomaba Txuntun Segu. Txuntun gostaba di pidi kumida – so el xinti-bu ta kume, el ta pidi pa bu da-l un padas o un bokadu.

Na mesmu bairu, tenba un mos tolobasku ki ka ta skovaba denti. El ta txomada Txiku Bafu Fedi.

Kel dia, Ze Txixarinhu konbina ku Txiku Bafu Fedi pa es ba prega Txuntun Segu partida.

Ze Txixarinhu pasa djuntu di Txuntun ta kume toresma. Ze Txixarinhu fla Txuntun mantenha. Kel ora, Txuntun pidi padas di toresma:

- N ka sa ta kume nada. – riaji Ze Txixarinhu.

- Ze, bu sa ta konta ka-si! Fal-madu! Ben abri boka lisin, pa N xinti! – prutesta Txuntun ta ponta dedu pa se naris.

Sima staba konbinadu, mudu mudu, na nves di Ze Txixarinhu abri boka, Txiku Bafu Fedi abri se bokona:

- Nffff! Mos, ba laba boka! – riaji Txuntun Segu.

Un dia, Ze Txixarinhu sa ta pasaba djuntu di un salon, el rapara ma tenba badju la. Kantu el purgunta porteru si el pode paga pa entra, porteru fla-l ma, na kel badju, ta entraba so algen kareka. Na ta papia ku porteru, Ze Txixarinhu nota ma porteru era segu – porteru ta koreba mo na kabesa di tudu algen ki sa ta entraba pa sertifika ma era un kareka, pa el porteru pode dexa kel algen entra.

Nton, Ze Txixarinhu sai ku un sperteza. El ba djobe un amigu. El ben li na porta badju, el dixi kalsa, el deta di bariga riba kabesa se amigu, pa es ba tenta kanba na sala badju.

Na ta pasa, porteru kore mo, da ku 2 mama kadera di Ze Txixarinhu, pensa era 2 kareka ki sa ta entra kangadu. Nton, porteru fla:

- 2 di un bes, nau! Debe entra 1 di kada bes!

Otu dia, Ze Txixarinhu sa ta pasaba nun lugar, el atxa 2 segu xintadu ta pidi zimola. El fla rixu:

- Ali 1 kontu pa nhos parti nhos 2.

Mas, Ze Txixarinhu ka da ni-

nhun di kes 2 segu dinheru.

Kes 2 segu era amigu kunpanheru i 2 kunpadri, Txiku ku Txontxon. Es ta xintaba senpri na kel lugar pa pidi zimola.

Txiga ora di ba kaza, tudu 2 segu fika kaladu ta spera pa kel otu da-l se 500\$00. Mas, ningen ka sa ta daba kel otu se 500\$00.

Kes 2 segu kumesa ta fika fadigadu. Pasa ora di ba kaza. Un bokadu, un di kes 2 segu dizanima, fla kel otu:

- Kunpadri Txiku, nhu da-m nha 500\$00, pamodi dja txiga ora N ba diskansa osu.

- Da-nho 500\$00?! Ah kunpadri Txontxon, nhu dexa di brinkadera, nhu da-m nha 500\$00! Pesa dja da-m di ba kaza!

Enfin, Txiku ku Txontxon fika ta diskuti ku kunpanheru, ti ki un tranziunti kaba pa konvenses ma algun abuzadu ngana-s.

Un dia, Ze Txixarinhu staba sakedu frenti atual Reitoria di Universidad di Kabu Verdi. Ben ta pasa un omi nun autumovel bodona. El para pa purgunta Ze Txixarinhu undi ta fika Ospital:

- Ospital ta fika la baxu, na fin di es rua li, na bu skerda. – ris-

ponde Ze Txixarinhu, ta ponta dedu pa sul, na direson di Kuartel.

Pa kenha ki ka konxe Plateau (bairu sentral i storiku di kapital kabuverdianu), si bu sta frenti Reitoria, Ospital ta fika-bu pa Namenti. Ka pa sul, nau.

Ze Txixarinhu arma nsoda frenti di Reitoria.

Un bokadu, es mesmu omi ki purguntaba pa Ospital, torna para karu frenti Reitoria. Forasteru sai di karu. Era uma omon! El pega Ze Txixarinhu na petu kanburzina, el leba-l ku pe fora txon pa npena norti di Reitoria, el labanta Ze pa atinji se altura, el ngosta-l na paredi, el da-l 2 bafatada, kada un na un banda kexada. Dipos, forasteru purgunta Ze Txixarinhu:

- Stipor, undi ta fika Ospital? Di es bes, Ze Txixarinhu ponta dedu na direson izatu.

Forasteru fora-l mas 2 bafatada pa “ali bu bai”, timenti sa ta flaba-el:

- An, dja bu lenbra?! Toma gratifikason!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/07/2020	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
03/11/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
06/11/2020	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
09/11/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
16/11/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
24/11/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
02/12/2020	Operação Monetária de financiamento (3 Anos)	0,7500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
18/08/2020	Obrigações do Tesouro 3 anos	3,0000
02/10/2020	Obrigações do Tesouro 6 anos	2,8125
08/10/2020	Obrigações do Tesouro 7 anos	2,8750
14/10/2020	Obrigações do Tesouro 9 anos	2,9375
27/10/2020	Obrigações do Tesouro 8 anos	2,9375
10/11/2020	Obrigações do Tesouro 8 anos	2,9375

Taxas de Câmbio de 02-12-2020

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	92,03219	92,23419
INGLATERRA	GBP	1	122,64077	122,94377
CANADÁ	CAD	1	70,96738	71,10838
SUIÇA	CHF	100	10 169,41488	10 182,19088
JAPÃO	JPY	100	88,20499	88,33199
DINAMARCA	DKK	100	1 479,89568	1 482,58468
NORUEGA	NOK	100	1 038,61614	1 041,30614
SUÉCIA	SEK	100	1 078,17203	1 081,02903
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	5,91419	6,11619
CHINA	CNY	100	1 402,16686	1 402,16686
BRASIL	BRL	1	17,34463	17,34463
SENEGAL	XOF	100	16,80979	16,80979

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Flashes

Um belo dia o autor (eu, no caso, a por-me em terceira pessoa), depois de incontáveis madrugadas, a determinar que o livro está acabado. É uma aleluia, diria mesmo um adventício, anunciá-lo. Ainda mais em casa onde fui nascido, criado e formatado a ser gente. A fotografia dos meus pais, as coisas da sala e o encanto de cada artefacto, recordam-me bocados do tempo nos tempos vividos. E à entrada da sala, a minha mãe, que me re-significa a “Hora Absurda”, de Fernando Pessoa...”O teu silêncio é uma

nau com todas as velas pândas”.

*

E por falar em silêncio, que é tudo o que me grita, nos poemas digitados para serem livro, resguardo sempre isto de Eduardo Lourenço (em “Vocação do Silêncio”): “São os poetas que criam o lugar onde devemos encontrá-los.” E o lugar de encontro, o lugar da escrita e da fala é sempre o existencialismo desta casa e desta cidade. O lugar que me germina sementes de metáfora, uma

imatéria-prima que tira fôlego ao esgar da manhã.

*

O autor gosta de amanhecer na cidade da Praia como em nenhum outro lugar. Em casa, dizia, um paggaio, vindo da ilha do Príncipe, imitava os bons dias do avô e repetia o barulho da água nas torneiras. Era uma festa quando também imitava o bater na aldrava da porta e a nha Gina a reclamar “esse aí parece o dono desta casa”. Eu já ia contar-vos que a casa tem o som a “Lamento”, de John Coltrane, to-

cado ao clarinete do meu pai, mas pergunto-me por quê ou para quê.

*

Na sexta-feira, dia 27, mal chegado à cidade, fiz uma pequena intervenção no Colóquio sobre a Mulher Cabo-verdiana, em torno do livro de Carlota de Barros, “Sol de Infância - Memórias das macias manhãs solares” (Rosa de Porcelana Editora), em webinar, a convite da autora e do investigador e académico Hilarino da Cruz. Às tantas, em verdade no último terço da fala, a instabilidade da Internet tira-me do ar. E na hora em que iria pontuar que Carlota de Barros escreve com impulso da solidão criativa e desvelo existencial feminino. Sem estereótipos de género, mas de maciez feminista, a que emerge, em paralelo, da poética de Adélia Prado. Por coincidência, a Márcia Souto, também editora de Carlota de Barros, postava nesse dia esta de Adélia Prado: “A poesia é “o rastro divino na brutalidade das coisas”. Assim um cheirinho do “Sol de Infância - Memórias das macias manhãs solares”...

*

Nesse mesmo dia, fui à Biblioteca Nacional, acto de entrega do Prémio Literário Guerra Junqueiro - Lusofonia 2020 a Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde e membro da Academia Cabo-verdiana de Letras. Não será tardia uma palavra sobre o merecimento deste prémio a quem escreveu, entre outros livros, “A sedutora tinta de minhas noutes” (Rosa de Porcelana Editora), cidadão muito bem ungido de arte literária. Ele tem um eu-que-fala poético diferente e destrinchado de qualquer outro das letras cabo-verdianas, mas com os tais “silêncios eleitos” do poema, aqui mencionado de Pessoa. Sim... perscruto nesta casa e nesta cidade, tanto quanto neste tempo, com toda a sua tensão dialética, uma vibração existencial que nem vos conto.



Filinto Elísio

Olhares
de Lisboa

PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

O seu mediador de confiança

www.anacao.cv

#juntosnaprevenção #ficaemcasa

“A fotografia dos meus pais, as coisas da sala e o encanto de cada artefacto, recordam-me bocados do tempo nos tempos vividos. E à entrada da sala, a minha mãe, que me re-significa a ‘Hora Absurda’”

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 17.11.2020, de folhas 86 a 87V do livro de notas para escritura diversa número 245, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, **Cátia Sofia Teixeira Andrade**, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbitos de **Domingas de Pina Tavares e Idolinda de Pina**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte do mês de Abril de dois mil e dezanove, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **Domingas de Pina Tavares**, aos cinquenta e dois anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural da República de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade cabo-verdiana, filha de João Tavares e de Idolinda de Pina, e que teve a sua última residência habitual na Cidade do Tarrafal.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicas herdeiras legitimárias as filhas:

Neidy Garcia Tavares de Pina, Neia Tavares Teixeira de Pina e Ineida Tavares Teixeira de Pina, solteiros, maiores, esta última casada com Ulisses Manuel dos Santos Tavares, no regime de comunhão de adquiridos, naturais da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal e residentes na cidade do Tarrafal e Praia, respectivamente.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia dez do mês de Junho de dois mil e dezanove, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **Idolinda de Pina**, aos oitenta anos de idade, no estado civil de viúva de João Tavares, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, filho de Francisco de Pina e de Ana Alves de Pina, e que teve a sua última residência habitual em Achadinha, Praia.

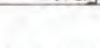
Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legitimários os filhos:

1. Maria da Graça Pina Tavares, solteira, maior, natural de São Tomé e Príncipe, residente em Portugal.
2. Ermelinda de Pina Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Castelão, Praia.
3. Luísa de Pina Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Portugal.
4. Joséfa de Pina Tavares, casada com Rogério Pereira Furtado, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Portugal;
5. Euclides de Pina Tavares, divorciado, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal.
6. Domingos de Pina Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.
7. José Tavares de Pina, divorciado, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.
8. Domingas de Pina Tavares, solteira, maior, natural da República de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade cabo-verdiana, já falecida, devidamente habilitada na primeira habilitação.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referenda, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 17 de Novembro de 2020.
CONTA:246117/2020
Art. 20.4.2..... 1000\$00
Selo do Acto..... 200\$00
Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A notária


Cátia Sofia Teixeira Andrade

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Primeira publicação, nos termos do no 5 do artigo 869-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e quatro**, a folhas **dezassete a dezoito verso**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbitos de:

Álvaro Silva Fernandes, falecido em nove de Outubro de dois mil e nove, nesta cidade de Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Guilhermina Tavares Silva, sob regime de comunhão geral de bens. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Maria Madalena Silva Fernandes**, viúva, residente nesta cidade de Assomada; **b) - José Júlio da Silva Fernandes**, casado com Maria de Lourdes Lopes Monteiro Fernandes, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal; **c) - Celso Silva Fernandes**, solteiro, maior, residente em França; **d) - Gracindo Manuel Silva Fernandes**, solteiro, maior, residente em França; **e) - Maria Gracinda Silva Fernandes**, casada com Jerónimo Semedo Moreira, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em França; **f) - Cláudio Silva Fernandes**, solteiro, maior, residente na Praia; **g) - Osvaldo Silva Fernandes**, a data do óbito solteiro, atualmente casado com Merlina Ester Bernardino Correia, sob regime de comunhão geral de bens, residente nesta cidade de Assomada; **h) - Ana Ivete Silva Fernandes**, solteira, maior, residente nesta cidade de Assomada; **i) - Maria Gomes Cardoso Fernandes**, solteira, maior, residente em França; Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Guilhermina Tavares Silva, falecida no dia vinte e oito de Abril de dois mil e dezas- seis, nesta cidade de Assomada, freguesia de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de viúva. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Maria Madalena Silva Fernandes; b) - José Júlio da Silva Fernandes; c) - Celso Silva Fernandes; d) - Gracindo Manuel Silva Fernandes; e) - Maria Gracinda Silva Fernandes; f) - Cláudio Silva Fernandes; g) - Osvaldo Silva Fernandes; h) - Ana Ivete Silva Fernandes**, todos acima melhor identificados.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Álvaro Silva Fernandes e Guilhermina Tavares Silva**.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 40 21/2020



Prato cheio

Pão de chouriço

Ingredientes

- 800g de farinha de trigo;
- 15g de fermento;
- 400g de chouriço cortado às rodelas e
- sem pele;
- água morna;
- 1 colher de sal fino;
- 1 gema;

Modo de preparação

- 1- Dissolva o fermento em 4 porções de água morna, junte um pouco de farinha e misture.
- 2- Reserve.
- 3- Misture a farinha com o sal, a mistura de fermento e água. Amasse tudo muito bem e vá acrescentando farinha até que a massa não cole nas mãos.
- 4- Deixe levedar durante meia hora.
- 5- Divida a massa em 8 porções
- estendendo cada uma com um rolo (não as deixe muito grossas se não o pão ficará muito massudo)
- recheie com algumas rodelas de chouriço e enrole.
- 6- Deixe levedar novamente e, quando vir que não aumenta mais de volume pincele cada uma com um pouco de gema de ovo para dar cor.
- 7- Leve ao forno a 180°C, durante cerca de 20 minutos.



Caça-palavras

U Y B Z U C S H I G F Z Y O Y G C Q L T
 T H W I P G T T K B X W N L Q D T X D D
 J I I N N B S D W D O I D Y M U N V Y F
 V E K R C P L U M Q D M E I X X Y I K L
 O C R G Q N Q V T Q V X W P H O S Z X S
 Q H Q P Y U K S W V J Y M I Z D J X A F
 V O D T P G I O M V M B L R X X O U T G
 E E W H G N J C J J K P M E Z Z X F A P
 K X S O K A L O G N A M M Y M T H W F R
 Q R A D N A U R B F V V U T E J Y J Q G
 L P Z O G W K R N E N J X K C E K I F G
 E D R E V O B A C B Z A S T S V U T L X
 K S N B M H I M D G I G V T X O K Z O S
 X E S S K R J U J N L E J I T L O W S Z
 S V E Z É E N W É A A Q R A B J B K H L
 R E G G L H P U D M M G J U M W C H E N
 C P I U P O Q H O C D Y U U W Q I K Z K
 Q N P U G U H T V S S B K T O V J G B M
 J W T Q R B E X U D Q Q N P W H L F C R
 K I O U Q S Z P M R W Q D N H Y X J M D

Encontre o nome de 10 seleções presentes na qualificação para o Afrobasket 2021:

SOLUÇÕES:

QUÊNIA
 ANGOLA
 SENEGAL
 MALI
 NIGÉRIA
 RUANDA
 UGANDA
 EGÍPTO
 MARROCOS
 CABO VERDE

Anedotas

Soluços

Num belo dia, a sogra bate à porta da casa de seu genro, de mala feita. O homem vai atender e fica surpreso com a visita. A sogra estranha a reação do genro e pergunta:

Porquê a surpresa? A minha filha não avisou que eu ia passar as férias aqui convosco?

E diz o homem:

- Sim, disse. Mas eu pensei que fossem só para passar os meus soluços!

Rapto

O telefone de casa toca e o homem atende. Do outro lado:

- Raptamos a sua sogra! Envio-nos cinco mil euros se a quiser de volta...

E responde o homem:

- Cinco mil? Dou-vos seis mil para ficarem com ela!

Talento

Yannick é um jovem músico, natural do bairro da Ribeira Bote, em São Vicente. Tem 28 anos e actualmente integra a nova geração de músicos das noites de música tradicional na ilha do Monte Cara.

Uma das características mais marcantes de Yannick tem a ver com a sua versatilidade. Além de cantar, toca percussão e guitarra. Iniciou o seu percurso na música em 2001, quando fazia parte do grupo coral da Igreja do Nazareno, na zona de residência.

Preferencialmente identifica-se e

canta mais no estilo tradicional, mas é também Puxador de enredo em uma das escolas de samba do Mindelo. As suas principais gravações aconteceram no campo carnavalesco. Um das faixas por ele já gravadas, de nome "Soncent ka t n Cinema", tocou no Carnaval de 2019.

No vaivém diário deste jovem artista, quase que não há tempo para o estúdio. Tem inúmeros projectos pessoais há muito na gaveta, que ainda não foram gravados, muito devido as dificuldades financeiras para a sua produção. Yannick apresenta-se maioritariamente nas

noites do Mindelo. Em 2018 integrava o projecto que aos sábados levava música a Rua-de-Lisboa. Já actuou no Morna Jazz Festival no seu bairro Ribeira Bote e esse é o palco que mais marcou essa sua trajetória no mundo da música. O palco de sonho continua sendo o do Festival Baía das Gatas.

A sua principal ambição neste momento é lançar músicas originais e dar o seu contributo para expandir e preservar a música tradicional cabo-verdiana. Cesária Évora, Manel d' Novas, Alberto Koenig e Seu Jorge são as suas referências.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

f t i anacaocaboverde

PPN

PRONTO PARA NEGÓCIO



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

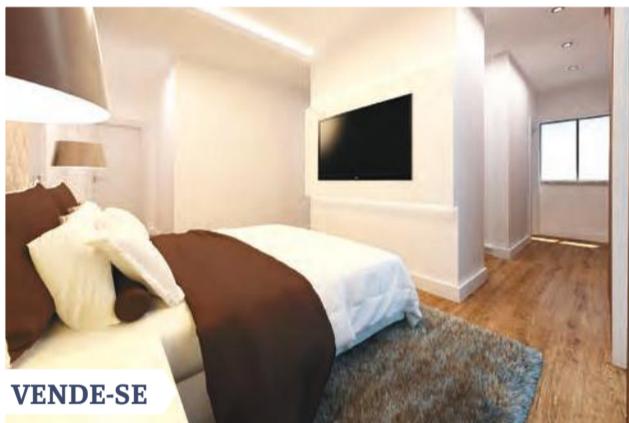
ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



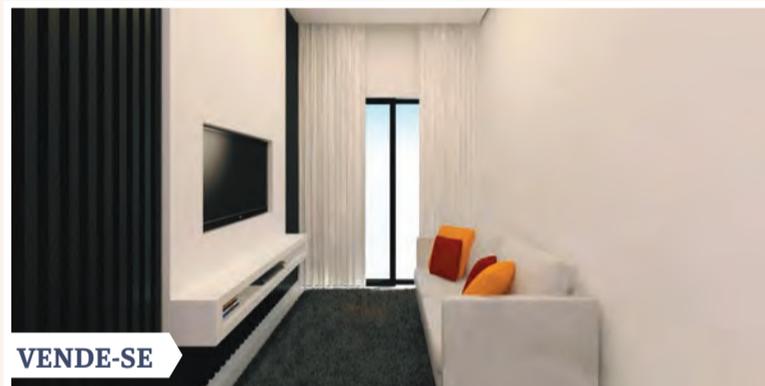
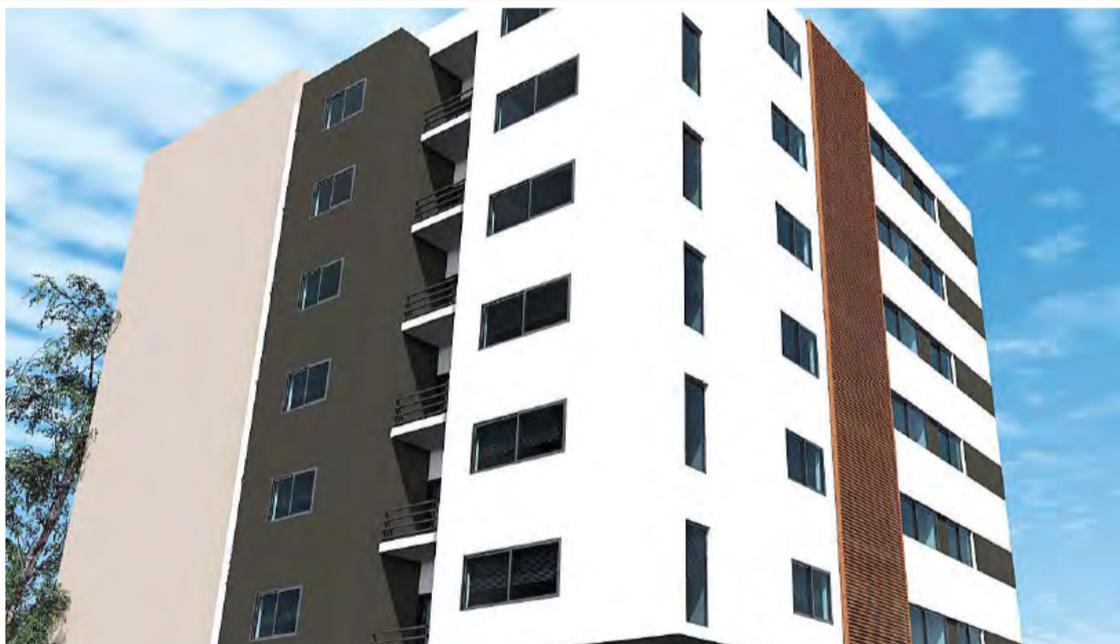
VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H.Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavanderia e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

iPhone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



iPhone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



iPhone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



BRAND NEW

Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

Classificados



AVISO PROVA DE VIDA PENSIONISTAS

Avisamos os nossos pensionistas que deverão proceder à realização da Prova Anual de Vida de 16 de novembro a 04 de dezembro de 2020. A realização da Prova de Vida antes do dia 16 de novembro de 2020 não é considerada válida para o pagamento de pensões.

Para a Realização da Prova de Vida, os Pensionistas, deverão deslocar-se nas horas normais de expediente a uma Agência, Loja de Mediação Exclusiva ou Representante mais próximo da sua área de residência e apresentar o Numero de Identificação Fiscal (NIF), bem como, o Documento de Identificação, (Bilhete de Identidade (BI) ou Cartão Nacional de Identificação (CNI)) e procederem à entrega da Certidão Narrativa Integral de Nascimento.

Os pensionistas que, devido à dificuldade de locomoção, por motivo de doença ou outro não conseguirem fazer a prova de vida presencialmente, podem efetuar a prova de vida à distância, enviando para a Garantia Seguros, através de correio registado ou de terceiro, o Certidão de Nascimento e/ou Certificado de Vida, atualizado, emitido por Cartório Notarial ou outra entidade competente.

As referencias para o envio são:
GARANTIA – DIREÇÃO DE SINISTROS
REF: PROVA DE VIDA
Rua Serpa Pinto C.P.138 – Praia,
Santiago Cabo Verde

Os pensionistas que pretendem receber as pensões por transferência bancaria devem apresentar uma declaração do banco, comprovativo do NIB (Número de Identificação Bancária). Ainda sempre que oportuno e no caso de ter havido alterações agradecemos a atualização dos dados, Morada, Telefone, Telemóvel e E-mail.

A não realização da Prova de Vida no prazo indicado implica a suspensão do direito à pensão.

Garantia
Seguros
Juntos, para que a vida não pare.



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL = N.º 03 TJCSF/2020 =

Dr. PAULO JORGE SANTOS AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS:
PROCESSO: Ação Ordinária. NÚMERO DO PROCESSO: 178/2020.

AUTORA: Olivia Fernandes Gonçalves.

ORDENA A CITAÇÃO DOS RÉUS:

RÉUS: Clarinda Fernandes Gonçalves, viúva, aposentada, emigrante em parte incerta dos EUA, com última residência conhecida em Cova Figueira, Clarinda Fátima Gonçalves, emigrante em parte incerta de Portugal, com última residência conhecida em Cova Figueira, Graciete Jesus Fernandes Gonçalves, Maria Jesus Fernandes Gonçalves, Sandra Fernandes Vieira Fontes, Eloisa Fernandes Vieira Fontes, Francisco Ambrósio Vieira Fontes Júnior, Vanda Fernandes Vieira Fontes, todos residentes em parte incerta dos EUA, com última residência conhecida em Cova Figueira, e demais outros filhos Incertos.

COM AS SEQUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS

a) De que dispõem do prazo de VINTE DIAS, depois da finda dilação de TRINTA DIAS a contar da data de publicação do último anúncio, para contestarem, querendo, os presentes autos, movidos neste Tribunal pela autora supra, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial respetiva que fica à sua disposição na Secretaria deste Tribunal, ficando advertidos de que a falta de contestação **não importa** a confissão dos factos articulados pela autora;

b) De que toda a sua defesa deve ser deduzida na contestação (art. 449º do CPC);

c) De que é obrigatória a constituição de advogado;

d) De que, caso contestarem a Ação, deverão pagar o preparo inicial no montante de 10.000\$00, (dez mil escudos), dentro do prazo de CINCO DIAS, sob pena de efetuá-los acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância (artºs. 58º, 61º e 66º do CCJ), ficando advertidos de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva;

e) De que, querendo e necessário for, poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e

f) De que gozam ainda da faculdade de requererem à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o Benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. 2619755/56.- Fax: (238)2619754-C.P. 782 - Rua Serpa Pinto, nº 9,3º Piso - Plateau. E-mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.

Cidade de São Filipe e Palácio, de Justiça.
26 de novembro de 2020



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

ANÚNCIO JUDICIAL = N.º 04/TJCSF/2020 =

«****0****»

Dr. PAULO JORGE SANTOS AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo.

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS:
AUTOS DE: **Inventário Facultativo N.º 02/2020.**

INVENTARIANTE: **Ana Alves.**
INVENTARIADO: **Filipe Alves.**

ORDENA A CITAÇÃO DE:
INTERESSADOS DESCONHECIDOS:
COM AS SEQUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) **Faz Saber**, que pelo Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe/Fogo, **são por esta forma Citados os interessados desconhecidos**, para no prazo de VINTE DIAS, depois de decorridos outros TRINTA DIAS de dilação, a contar da data da publicação do último anúncio, **para deduzirem oposição ao inventário, sua própria legitimidade ou das outras pessoas citadas, e a competência de cabeça de casal**, e do prosseguimento dos autos supra referenciados, e no qual desempenha as funções de cabeça de casal, a inventariante **Ana Alves**, para assistir aos termos do mencionado processo, **por óbito do de cujos António José Monteiro**; conforme determina o nº 1 do artº 956º, do Código de Processo Civil Cabo-verdiano, pelos fun-

damentos constantes do duplicado da petição inicial que se encontra a disposição na Secretaria deste juízo.

b) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (arts. 5º e ss. da LAJ); e

c) De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de DOIS DIAS úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone (+238) 2619755/56 - Fax: (+238) 2619754- C.P. 782- Rua Serpa Pinto, no 9. 3º Andar - Plateau. E-mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv.

Cidade de São Filipe 30 de Novembro de 2020.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto Novo
Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo
Telefone N.22.13.50/516.28.27 - Email: tjceportonovo@sapo.cv

ANÚNCIO JUDICIAL

Processo: **JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL No.62/2019-2020.**

Autores: **PATRICE FLORENT HUGUES CESELIA e HELENA CESELIA**, residentes em São Vicente.

Réus): **Incertos.**

FAZ SABER que, no processo e Tribunal acima identificados, são por este meio citados os interessados Incertos para, querendo, deduzirem oposição, no prazo de **10 (DEZ) DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do anúncio respetivo, consistindo o pedido formulado acção em ser reconhecido aos justificantes o seu direito de propriedade sobre o **Prédio Urbano, situado em Lajedos, Concelho do Porto Novo**, feito com blocos de cimento, pedras, betão armado, com um piso, composto por 3 quartos de dormir, 1 casa de banho, 1 cozinha, 1 sala de visita, 1 varanda e 1 quintal, com uma área de 183 m, inscrito na Matriz Predial Urbana da Freguesia de São João Baptista, Concelho de Porto Novo sob o nº.7103/0, confrontando ao **Norte** com Chafariz, **Sul** com Herdeiros de Guilherme Firmo Medina, **Este** com Her-

deiros de Eusébio Rodrigues e do **Oeste** com Estrada.

Faz ainda saber de que é obrigatória a constituição de advogado, que deverá pagar o preparo inicial no prazo de **cinco dias**, caso contestar, sob pena de, não o fazendo, ser notificado para pagá-lo acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a cobrança coerciva e de que goza da faculdade de requerer a OACV (Ordem dos Advogados de Cabo Verde) o benefício da assistência judiciária podendo ser contactada via telefone ou Fax - (Delegação da OAVC São Vicente- tel. Nr.2312819 fax nr.2322772). -

Tribunal Judicial da Comarca do Porto Novo, 09 de Novembro de 2020.



Ministério das Finanças

Unidade de Gestão
de Projetos Especiais

REPÚBLICA DE CABO VERDE MINISTÉRIO DAS FINANÇAS UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS - UGPE

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PAÍS: CABO VERDE

PROJETO: COMPETITIVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Crédito N.º: 58010-CV

Project ID No.: P146666

Ref: EOI – 081 CS UGPE 2020

Data: dezembro 03, 2020.

Assunto: Contratação de Dois (2) Consultores Juniores Nacionais.

Lote 1: um (1) Consultor para Cidade da Praia.

Lote 2: um (1) Consultor para Cidade do Mindelo.

1. O Governo de Cabo Verde recebeu um crédito da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) do Grupo Banco Mundial, para financiamento do projeto Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo (PCDT) no montante total de 5 milhões de dólares e pretende aplicar parte dos recursos para a **Contratação de Dois (2) Consultores Juniores Nacionais, um (1) para Cidade da Praia e um (1) para Cidade do Mindelo para apoiar no Programa de Certificação Para Pequenos Alojamentos Turísticos**. O Projeto PCDT tem por objetivo promover um setor turístico competitivo e diversificado como base para uma nova fase de crescimento inclusivo do país. Para atingir esse propósito, o projeto contribuirá para melhorar a capacidade de atrair e gerir investimentos de médio e grande porte que criem emprego e riqueza de forma sustentável na economia.
2. O objetivo da contratação de serviços de consultoria é de reforçar e apoiar a equipa de trabalho existente na continuidade e sustentabilidade do Programa de Certificação para pequenos alojamentos turísticos.
3. Informações detalhadas são fornecidas nos Termos de Referência que pode ser solicitado através dos endereços de correios eletrónicos abaixo indicados, ou consultado no endereço do escritório durante o horário normal de funcionamento, ou ainda através do website: www.compraspublicas.cv.
4. A UGPE convida os consultores individuais interessados, elegíveis e qualificados a apresentarem a sua candidatura, fornecendo dados e informações que confirmem a sua experiência e capacidade técnica necessária para desempenhar a função. Uma Carta de Manifestação de Interesse e Curriculum Vitae atualizado, no modelo europass, indicando a descrição de atribuições semelhantes, experiência e referências de contactos em funções semelhantes são exigidas.
5. Os critérios de seleção são os seguintes:
 - i) Licenciatura em turismo, gestão hoteleira, gestão de projetos, gestão da qualidade ou áreas afins;
 - ii) Ter experiência de trabalho de pelo menos 3 (três) ano no setor do turismo, em particular na gestão hoteleira;
 - iii) Interesse em trabalhar na certificação de produtos e serviços no setor do turismo;
 - iv) Boa capacidade de comunicação oral e escrita e de trabalho em equipa;
 - v) Ter domínio da língua portuguesa. O domínio de uma língua estrangeira (francês ou inglês) é uma mais valia.
6. Chama-se a atenção dos interessados para os parágrafos 1.9 e 1.10 das Directrizes do Banco Mundial: *Selection and Employment of Consultants [under IBRD Loans and IDA Credits & Grants] by World Bank Borrowers edition of January 2011 revised July 2014 (“Consultant Guidelines”)*, definindo a política do Banco Mundial sobre conflito de interesses e vantagem competitiva desleal.
7. Neste concurso os candidatos serão selecionados em conformidade com o seguinte método Individual Consultant Selection (ICS) especificado no “Guidelines: Selection and Employment of Consultants [under IBRD Loans and IDA Credits & Grants] by World Bank Borrowers, edition of January 2011 revised July 2014.
8. A Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE) reserva o direito de não selecionar qualquer técnico, caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.
9. Os interessados poderão obter informações adicionais sobre o concurso através dos endereços de correio eletrónico indicados abaixo durante o horário normal de trabalho, das 08:00 às 16:00 horas.

Correio Eletrónico: concursos.ugpe@gmail.com; ildo.a.varela@mf.gov.cv; Irenalina.B.Vicente@mf.gov.cv; ugpe_concurso@mf.gov.cv
C/C: Nuno.Gomes@mf.gov.cv
10. A Manifestação de Interesse deve ser entregue por escrito e em língua portuguesa, no endereço abaixo indicado (envelope fechado) ou pelo correio eletrónico abaixo indicado, até o dia **18 de dezembro de 2020, até as 15:00 (horas de Cabo Verde)**. **Os interessados devem indicar para quais dos Lotes estão a concorrer.**

Unidade de Gestão de Projetos Especiais

Ministério das Finanças

Attn: Nuno Gomes – UGPE Coordenador

Av. China, Edifício Tribunal Constitucional, 3º Andar

Chã d’Areia - Cidade da Praia, Ilha de Santiago

C.P.nº 145, Republica de Cabo Verde

Tel: + 238 - 261 7584/261-6198

Email: concursos.ugpe@gmail.com; ildo.a.varela@mf.gov.cv; Irenalina.b.vicente@mf.gov.cv; Sandra.Lima@mf.gov.cv; ugpe_concurso@mf.gov.cv

C/C: Nuno.gomes@mf.gov.cv;

C/C: Nuno.gomes@mf.gov.cv;



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
Juízo Cível

= ANÚNCIO =
REG. Nº 02/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justiça Judicial, registado sob o nº 173/2020, movido pelo autor **ANTÓNIO MIRANDA**, maior de idade, solteiro, operário, natural do Fogo, residente e emigrante nos EUA, representado pelo mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JÚNIOR, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS **INTERESSADOS INCERTOS**.

São citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a). Para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio**, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA - "Um lote de terreno, sito em Xaguete, inscrito na matriz urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob nº 2885/0, confrontando a Norte com Linha d'água. Sul com Via Pública, Este com Passagem Pública e Oeste com Lote, medindo 347.8 metros quadrados. Sobre tal lote foi construído um prédio urbano coberto de betão armado, tendo: a) rés-do-chão com dois quartos, duas casas de banho, um espaço aberto,

uma garagem, uma arrecadação, dois acessos ao 1º andar, uma varanda, um hall e um pátio, b) 1º andar constituído por três quartos, duas salas, duas cozinhas, duas casas de banho, uma arrecadação, um acesso ao 2º andar, um corredor e uma varanda, c) 2º andar constituído por quatro quartos, duas salas, duas casas de banho, uma cozinha, uma caixa de escada, dois corredores, um hall e uma varanda".

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, sob pena de cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual montante, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 09 de Novembro de 2020.



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 56 vº a fls 57 vº do livro de notas para escrituras diversas número 39-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dois de dezembro de dois mil e dezanove, na qual **MARIA HELENA ANDRADE DE OLIVEIRA**, com NIF171723805, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Portugal, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um prédio urbano, coberto de betão armado, com rés-do-chão composto por uma garagem e caixa de escada que dá acesso ao primeiro piso com varanda, caixa escada, hall de circulação, sala de estar, cozinha, arrecadação, dois quartos e WC, no sitio de Estância Roque, com área de cento e quarenta e quatro metros quadrados, confrontando ao norte, sul e oeste com terreno municipal e a este com Catarina Andrade, inscrito na matriz predial urbano da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 2453/0, com o valor matricial de dois milhões e quinhentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que o referido prédio foi por ela construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, nas lavas vulcânicas, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que está na posse e fruição do imóvel desde a construção e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa-fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

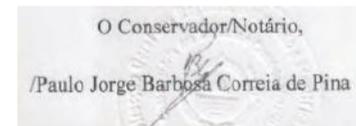
Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos vinte e dois de Outubro de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o n.º 02/12

Artigo 20º. 4.2 1.000\$00

Selo do acto 200\$00

Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.



CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2º CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO
Cova Figueira- Telefone nº 2821050



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 23.11.2020, de folhas 40 a 41 do livro de notas para escritura diversa número 246, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Romeu Gomes Nunes Ramos**, nos termos seguintes:

Que no dia catorze do mês de maio do ano de dois mil e vinte, no Hospital Agostinho Neto, concelho da Praia, faleceu **Romeu Gomes Nunes Ramos**, aos sessenta e sete anos de idade, no estado civil de casado no regime de Separação de bens com Anastácia Gonçalves Moreno Gomes, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, filho de Luiz Gomes Ramos e Mariana Gomes Nunes, e que teve a sua última residência habitual Achadinha, Praia.

Que o falecido não fez testamento nem qualquer disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros seus filhos a seguir identificados:

António Carlos Mendes Ramos, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Safede, Praia;

José Maria Barbosa Ramos, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Assomada, Santa Catarina;

Luís Manuel Varela Nunes Ramos,

solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Calabaceira, Praia;

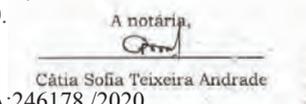
Vera Eunice Martins Ramos, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Mato, Praia;

Maria Sofia Martins da Costa Ramos, casada no regime de comunhão geral de bens, com Paulo Celestino da Costa Moreno, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achadinha, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhe preferam ou com ela possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 24 de novembro de 2020.



CONTA:246178 /2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-
-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic. Cátia Sofia Teixeira Andrade - NIF- 353331112

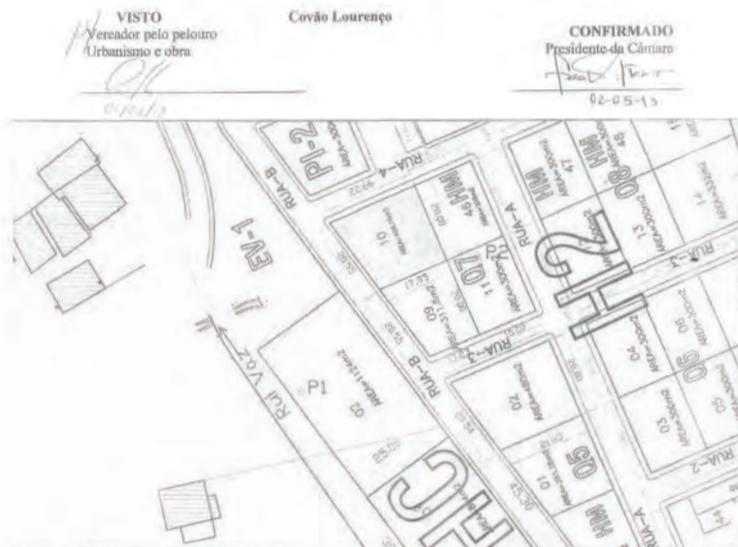
**Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!**

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
PELOURO DE ORDENAMENTO TERRITÓRIO URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



VISTO Vereador pelo pelouro Urbanismo e obra

CONFIRMADO Presidente da Câmara

02-05-13

Area 22 October - 406,10 m²

G.TÉCNICO
C.M.S.DOMINGOS

URB. PROP: Rui António Luis Lopes Umbelino

DESEN. USO: Habitação Mista

ESC: 1/1000

DATA: 07/03/2013

Área Total: 406.10m²

Z Q L
HM 07 10

AFORZAMENTO DOAÇÃO Compra Ocupação Temporária

Nº de pisos: Cave. H/c > I(dois)

Contacto: 9995269



TABELA DE PREÇOS*

Classificados

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	40.000,00	30.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	22.000,00	15.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	15.000,00	11.000,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	11.500,00	8.500,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	6.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 03 de Dezembro

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SEXTA - 04 de Dezembro

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SÁBADO - 05 de Dezembro

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

DOMINGO - 06 de Dezembro

FARMÁCIA 2000
Achadina Baixo - T: 261 56 55

NENA
Mindelo - T: 232 22 92

SEGUNDA - 07 de Dezembro

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

TERÇA - 08 de Dezembro

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

QUARTA - 09 de Dezembro

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65